

EM TEMPO

Quinzenário Nacional • Nº 130 • Ano IV • 11/6 a 24/6 • Cr\$ 40,00

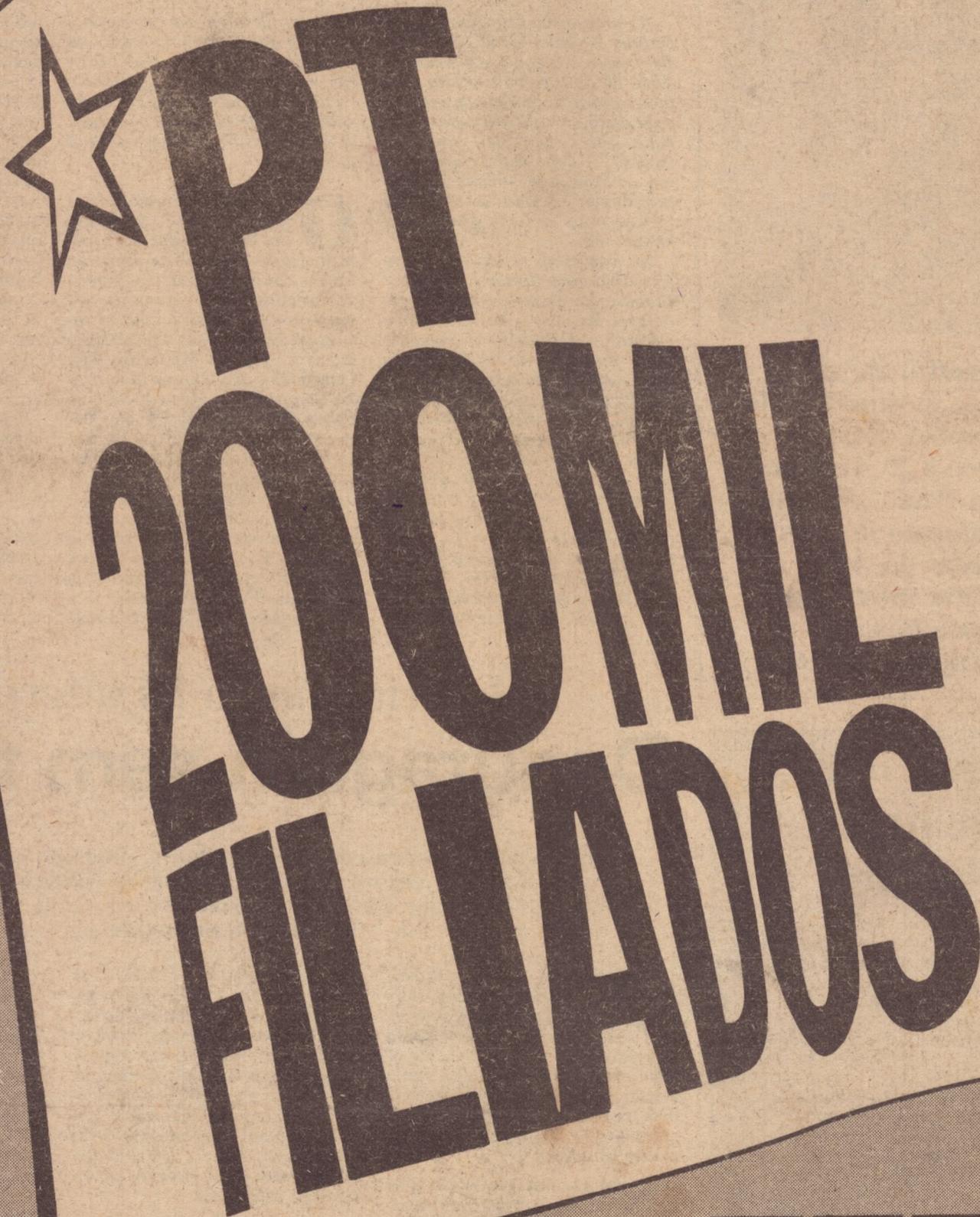
Polônia: Homem de Mármore
e o espírito de Gdansk

Pág. 14 e 15

D. Tomaz Balduino:
Como SNI persegue os índios

Pág. 20

FURO: balanço da legalização revela:

**PT
200 MIL
FILIAADOS**

**FIAT:
40 DIAS DE
RESISTÊNCIA**

Terror
impune



MEMÓRIA



No Riocentro, até um vídeo-tape que mostrava onde estavam as bombas desapareceu. Aqui, no cerco à 2ª Auditoria Militar, São Paulo, durante o julgamento dos 13 sindicalistas do ABC, a Polícia Militar mostra seu zelo na caça a imaginárias bombas contra o II Exército.

O povo não tem hora no PMDB

O PMDB tem dono e este sabe muito bem para onde e como conduzir o seu barco. E aí não cabem propostas de mobilização de massa para combater de fato a ditadura. Quando muito podem fazer alguns discursos exaltados mas, ao final, acabam baixando a voz e apoiando iniciativas que levam à continuidade do sistema.

Por isso, nada estranho que a democracia interna do PMDB não permita "arroubos juvenis" mais radicais. Foi exatamente isso o que fez o senador Saturnino Braga ao denunciar publicamente os membros do Hora do Povo de usarem indevidamente o nome do partido e exigir nor-

mas regimentais que não permitam estes abusos. Enfim, deixou claro que ou se aceita as regras do jogo ou rua.

E a tropa do Hora do Povo mais uma vez não fugiu à regra: aceitou o "puxão-de-orelha", continua dentro do PMDB e ainda promovendo Saturnino Braga como o "futuro governador". Só que Saturnino, candidato ao posto em 82, não quer confundir a sua candidatura com o radicalismo verbal dos agapistas.

Oportunismo dos agapistas? Isso, os leitores saberão concluir. Certo é que Saturnino não rima com Sandino, como já disseram os agapistas, e nem PMDB rima com povo.

Militares

Entre a disciplina e a conivência

Se o protesto do tenente-coronel Nivaldo parece expressar uma tendência mais generalizada nas Forças Armadas, o pequeno eco do manifesto em seu apoio — iniciativa dos deputados do PT — comprova a tendência geral dos nossos liberais à conciliação.

"O pronunciamento do tenente-coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias merece o apoio e a solidariedade de quantos observam com preocupação a continuada impunidade dos autores de atentados terroristas. Esta sua postura — que não é isolada — demonstra claramente que as instituições militares não se posicionam ao lado do terror, da tortura e da violação dos direitos humanos.

Ao contrário, revela um inconformismo generalizado e desmascara todos que desejam comprometer o papel das Forças Armadas com o terrorismo. Destituído do comando do II Batalhão de Infantaria da Selva, sediada em Belém, no último dia 29, preso e incommunicável, o tenente-coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias deixou claro que foi vítima de represália do comandante da VIII Região Militar, general Waltencir dos Santos Costa, em consequência de sua firme posição contra o terrorismo.

A punição dos responsáveis pela explosão das bombas do Rio-Centro é, hoje, a causa maior dos militares e civis efetivamente empenhados

na busca de uma via democrática para o Brasil. É a própria Nação que subscreve o conceito de que o Exército não pode acobertar estes atos criminosos. E de que as autoridades estão no dever de revelar a verdade, já de resto evidenciada aos olhos de todos".

O manifesto "A nação contra o terrorismo", transcrito na íntegra acima, foi a única iniciativa explícita de apoio ao tenente-coronel do Exército punido por quebrar o gelo do consentimento e da conivência com os rumos que o I Exército vem dando ao Inquérito Policial Militar do Rio-Centro. Foi capitaneado por Ayrton Soares, Freitas Diniz e Antônio Carlos, deputados do PT no Congresso, e por Chico Pinto da tendência popular do PMDB, recebendo apenas o apoio de 45 deputados de oposição. A grande maioria dos opositoristas se omitiu, frente à pronta reação do governo que acusou o manifesto de "querer promover a quebra da hierarquia e a divisão das Forças Armadas".

A verdade é que "o inconformis-

mo generalizado" nos meios militares quanto à fraude do IPM do Rio-Centro parece existir. Sabe-se hoje que a substituição do coronel Prado Ribeiro da direção do IPM se deu por reiterados pedidos de renúncia frente a "pressões que estariam impedindo o andamento das investigações". O próprio general Waltencir Costa, responsável direto pela punição ao tenente-coronel Nivaldo, depois de afirmar que "pelas circunstâncias da explosão de duas bombas no Rio-Centro, envolvendo dois militares servindo em órgão de informação do Exército, todos nós que dedicamos à nossa instituição sentimento também moralmente atingidos", reclama uma apuração da verdade.

Enquanto isso, o IPM do Rio continua navegando em águas turvas. Sem nenhum esclarecimento oficial dos motivos, o comandante do I Exército prorrogou o prazo de conclusão do IPM. Com isso, o resultado das investigações só será divulgado após o dia 30 de junho, época de recesso parlamentar onde os fatos têm inevitavelmente menor repercussão política.

Relatório contra os alternativos

Deduragem sem talento

O ridículo relatório sobre a imprensa alternativa, divulgado pela Polícia Federal foi encomendado pelo ministro Abi-Ackel ainda no ano passado, como subsídio para um plano de "ataque discreto" aos alternativos, através da Lei de Imprensa e de intervenções administrativas.

O relatório da Polícia Federal que acusa a Imprensa alternativa e seus integrantes teve o destino dos gestos ridículos: não foi acolhido nas atas da CPI do Terror como era seu objetivo, não foi levado a sério nem pela imprensa conservadora e foi cercado pelo repúdio e pela galhofa. Afinal, até para dedurar é preciso ter talento...

O relatório descreve as intenções editoriais de cada jornal, retomando o velho método do anti-comunismo mais vulgar. Não existe luta de classe, crise econômica, corrupção, ligações do terrorismo com os órgãos de segurança. Tudo isso é invenção da esquerda. EM TEMPO, por exemplo, é acusado de "propagar a descrença na política econômica-financeira do governo", como se ela já não estivesse mais que desacreditada pela inflação de 120% e tudo mais.

Além disso, é cheio de erros e informações descaracterizadas sobre

personalidades da vida política. Ziraldo, do Pasquim, é citado por "veicular propaganda contestatória ao governo" em suas charges do Jornal do Brasil; Dilair Fernando de Aguir é citado porque, segundo o relatório, "seu pai é do PC do B". O atual presidente do Conselho Editorial de EM TEMPO, Raul Pont, é descrito como "pixador, panfletista e agitador estudantil", apesar de ser professor universitário há vários anos.

Esse relatório não foi feito recentemente, como indica o fato de nele constarem como integrantes de alguns jornais, colaboradores que já se afastaram deles há algum tempo. Nem foi pedido pelo coronel Moacir Coelho, do DPF, mas pelo próprio ministro Abi-Ackel, no primeiro semestre do ano passado, antes de terem início os atentados contra os jornalistas que vendiam alternativos, para subsidiar o estudo que se fazia então visando criar uma legislação de imprensa que per-

mitisse particularmente o enquadramento destes jornais. Dele constava inclusive um minucioso estudo sobre a situação administrativa dos alternativos, a partir do qual o governo pretendia elaborar uma estratégia de intervenção nos jornais, uma maneira de atingi-los sem grande desgaste político.

A onda terrorista que se desencadeou sobre os jornais independentes e a solidariedade que se formou em torno deles, fecharam a legitimidade de uma reforma na Lei de Imprensa como pretendia o Planalto.

A publicação do relatório agora, no entanto, visa outros fins: insere-se no contexto de uma série de notas e declarações acusando a imprensa de estar infiltrada, o que explicaria a sua cobertura "distorcida" dos fatos do Rio Centro. Como disse o general Antonio Correia, ex-ministro-chefe das Forças Armadas, a cobertura da imprensa teria obedecido à "batuta da esquerda".

PT está pronto para o registro definitivo

De norte a sul do Brasil já somos mais de 200 mil

Um levantamento realizado pelo *EM TEMPO* junto às direções estaduais do partido dá um quadro completo da situação atual do PT.

São quatorze estados já prontos e dois estados em fase final de legalização. Enfim, PT é um partido legalizado, surpreendendo os incrédulos.

BRASIL - RADIOGRAFIA DO PT - JUNHO 1981

Estados	Nº mínimo municípios necessários (1)	Nº municípios fechados até 9/6 (2)	Nº municípios previstos para até 26/7 (3)	Nº filiados até 9/6 (4)
(*)ACRE	3	5	2	1.200
(*)(ALAGOAS)	19	22	—	1.800
(*)AMAZONAS	9	10	4	1.800
BAHIA	68	25	45	7.000
(*)CEARÁ	29	40	20	5.000
(*)E. SANTO	11	15	7	5.000
(*)GOIÁS	45	48	—	10.000
(*)MARANHÃO	26	33	5	4.000
(*)MATO G. SUL	9	12	1	2.600
(**)MINAS GERAIS	146	132	60	35.000
(**)PARÁ	17	16	5	4.500
PARAÍBA	35	19	16	3.600
PERNAMBUCO	34	19	20	5.000
(*)PIAUI	23	24	1	3.500
PARANÁ	59	31	41	5.000
(*)R. DE JANEIRO	18	36	4	24.000
(*)R. G. DO NORTE	31	9	22	1.000
(*)R. G. DO SUL	45	48	12	20.000
(*)S. CATARINA	39	41	15	4.500
SERGIPE	15	7	10	1.000
(*)SÃO PAULO	128	146	30	60.000
TOTAL	809	738	320	205.500

(1) De acordo com a lei 1/5 do nº de municípios do estado.

(2) Municípios e zonais distritais cujo nº de filiados já ultrapassara em 9/6, o mínimo por lei, estando aptos portanto a realizarem sua convenções em 21/6.

(3) Municípios e zonais distritais cuja filiação necessária está programada, pelas respectivas direções estaduais, para ser completada após 9/6, dentro do limite do prazo para a realização das convenções extraordinárias.

(4) Nº de fichas de filiação preenchidas já em cartório ou em poder das direções municipais provisórias, segundo estimativas das direções estaduais.

(*) Estados já prontos para a legalização.

(**) Estados em fase final cuja legalização já está garantida.

FONTE: Pesquisa realizada pelo EM TEMPO junto às direções estaduais.

PT
Partido dos Trabalhadores

**A NOSSA VEZ
A NOSSA VOZ**



PT
Partido dos Trabalhadores

**A NOSSA VEZ
A NOSSA VOZ**



O registro definitivo do Partido dos Trabalhadores já está praticamente assegurado. Os requisitos legais mínimos já foram de longe ultrapassados e agora, nacionalmente, o que está pela frente é o final deste processo através das convenções e formação dos diretórios.

Mas a vitória vai bem além da simples conquista das condições para o registro do partido. Ao longo do último ano o PT, desde o seu Encontro Nacional de junho do ano passado — quando contava com 26 mil filiados — multiplicou por mais de 6 vezes os seus efetivos, somando hoje mais de 200 mil trabalhadores inscritos em suas fileiras e que, agora, durante junho e julho, estarão participando através das pré-convenções e convenções da construção de seu partido.

Duzentos mil trabalhadores de norte a sul do país. Hoje, cerca de 15 estados já estão com as suas condições de legalização praticamente atingidas — 6 a mais dos 9 minimamente exigidos por lei — e outros 5, juntamente com o território de Rondônia — segundo avaliações da Secretaria Nacional de Organização (ver pág. 6) — estarão também brevemente em condições de realizar em 16 de agosto próximo suas convenções regionais. Dentro portanto do prazo para participar da convenção nacional em 6 de setembro.

Duzentos mil trabalhadores distribuídos por cerca de mais de mil municípios em todo o país, das cidades ribeirinhas da Amazônia à Grande São Paulo.

Duzentos mil trabalhadores que, todavia, não se auto-satisfazem com estas duas centenas; que continuam filiando mais e mais companheiros nos próximos dois meses para as convenções extraordinárias; e que portanto somarão ainda mais dezenas de milhares de petistas representados na convenção nacional do partido.

E tudo isso apesar da fúria repressiva que o regime desencadeou sobre o PT através de assassinatos, prisões, condenações, processos etc.

A prova está aí. A força da idéia do PT e a vontade de luta de seus militantes falou mais alto que a voz e o poder dos exploradores. Hoje somos 200 mil; breve seremos dois milhões.

EDITORIAL

PT legal e de massas; agora, à luta

Na reta final da legalização o PT já é hoje um partido de massas dos trabalhadores brasileiros. O significado histórico destes 200 mil não pode, portanto, de maneira alguma ser subestimado. Sob as férreas condições de uma ditadura militar, os trabalhadores abriram caminho por entre o pluripartidarismo restrito do regime, por entre as intervenções sindicais, prisões, assassinatos, condenações, terror — somados à ditadura feroz no interior das fábricas e campos e o desemprego — e construíram seu partido próprio. Também, neste caminho, resistiram e ainda resistem

aos falsos atalhos para a melhoria de suas condições de vida, que lhes foram e são permanentemente acenados pelo canto de sereia dos partidos de "oposição responsável" da burguesia ou pelos partidos reformistas que falam em seu nome.

Em meio a isto tudo os trabalhadores estão trilhando um caminho próprio para sua organização no rumo de sua independência política como explorados.

Esta vitória não pode portanto de maneira alguma ser subestimada.

Mas de outro lado não pode tampouco ser vangloriada ingenuamente de modo a entorpecer e ofuscar as batalhas que o PT ainda tem pela frente. O PT ainda tem que crescer muito, passar dos primeiros milhões de trabalhadores filiados. Mas, sobretudo, ainda tem que organizar efetivamente seus contingentes para a luta política real armando-os de um instrumento eficaz dotado de um contundente programa e plano de ação.

Esta tarefa o PT começa a fazer agora, prá valer, passado o sufoco das filiações, através do processo das pré-convenções e

convenções dos próximos dois meses. E nesta tarefa temos que nos lançar, todos, com o mesmo empenho e unidade com que realizamos a etapa das filiações. Esta tarefa, da consolidação real do partido no fogo da luta de classes, não pode ser tampouco subestimada na sua envergadura e importância. Somente assim estaremos de fato transformando estes 200 mil e os futuros milhões não somente num PT legal e de massas mas — e é o que o justifica como necessidade dos trabalhadores — num real instrumento para a libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração.

Os temas em debate

Pré-Convenções
estaduais e nacionais

Passado já o sufôco das filiações em vários estados, ou chegando na reta final desta tarefa em outros tantos, a atenção dentro do PT começa a se voltar para a realização das convenções municipais e para o debate político dos próximos dois meses. Julho, agosto e começo de setembro estarão marcados pelas pré-convenções estaduais e nacional, onde então o PT terá que responder a outros desafios políticos ao lado da realização propriamente das convenções legais. A direção já pôs em debate os temas que vão ser enfrentados para a consolidação do partido: Programa, Estatuto e Regimento Interno, Plano de Ação e Eleições de 82.

No sentido de contribuir para esta discussão *EM TEMPO* levanta aqui uma série de questões no interior de cada um destes pontos, ao mesmo tempo em que abre suas páginas para contribuições que qualquer petista queira lançar ao debate.



A hora é de consolidar o partido

O Partido dos Trabalhadores cresceu e se firmou quase que naturalmente, aproveitando-se do espaço aberto pelas grandes mobilizações operárias dos anos 78/80. Suas atividades como partido, até hoje, quase que se restringiram ao preenchimento dos requisitos para sua legalização. Apesar disso ser extremamente positivo e necessário, já está na hora do PT mostrar a que veio e afirmar-se no cenário político nacional como uma força política eficiente e confiável aos olhos de milhões de trabalhadores.

Ou seja, vencida agora a batalha da legalização, o PT terá que colocar na ordem do dia sua consolidação efetiva como partido das massas trabalhadoras brasileiras. O que ele não poderá fazer senão respondendo muito concretamente com um preciso plano de ação e uma eficaz e democrática estrutura de funcionamento.

Programa: o PT é um partido e não uma frente



O PT já aprovou seu programa no Encontro Nacional do ano passado. É um programa bastante razoável frente ao estágio de construção do partido e que expressa bem o entendimento que um ampla maioria dentro do PT tem do que devam ser os rumos de sua construção. Assim não é hora de voltar a esta questão agora neste período de convenções, ficando novas precisões no programa para uma outra etapa dentro da evolução do PT.

No entanto, ao longo do ano que passou desde o Encontro Nacional, vários fatos dentro da vida do partido — disputas, desligamentos de militantes, práticas organizativas etc. — demonstraram que não há um entendimento profundo sobre a natureza do partido que o PT se propõe. Muitos ainda defendem e praticam uma concepção frentista, outros uma concepção eleitoralista

ou parlamentarista.

Assim é importante que se aproveite agora o espaço de discussão política aberto pelas convenções para uma maior explicação e debate sobre a natureza mesma do PT: **partido e dos trabalhadores.**

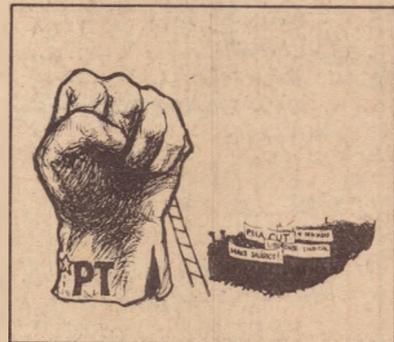
Somente saindo deste processo com uma sólida convicção sobre a natureza do partido que queremos, com seu programa já aprovado no ano passado bem conhecido e defendido por uma ampla maioria de militantes — é que estaremos abrindo realmente caminho para que o PT tenha condições de responder positivamente aos desafios que tem pela frente.

Complementando esta política, achamos que o PT deve levantar a bandeira da Central Única dos Trabalhadores, independente do aparelho do Estado. Sabemos que só um salto qualitativo na atual correlação de forças poderá fazer com que

cheguemos até lá, e os caminhos e mediações para isso, serão múltiplos. Mas, temos que nos colocar neste ramo e não nos deixarmos levar pelas manobras burguesas. Hoje, a divisão do movimento sindical só favorece aos reformistas, e sabemos que ela favorece as manobras burocráticas de colaboração de classes, estimulando rixas e mesquinhas entre os próprios trabalhadores.

Não podemos supor que a luta pela independência de classe se dê separada da luta pela unidade do movimento operário. Para a CONCLAT, em agosto, caberia ao PT reunir o maior número de sindicalistas, vinculados ou não ao PT, para lutar pela sua democratização, e para levarem propostas de luta como as que foram colocadas nos pontos anteriores. (Ver outras sugestões de linha sindical para o PT na pág. 12).

2 Plano de Ação: o partido se consolidará no jogo das lutas



O programa que o PT aprovou no ano passado diz respeito às grandes tarefas do partido por todo um período que estamos vivendo no país, ao mesmo tempo em que aponta os rumos mais gerais do projeto de sociedade que o PT se propõe a lutar. Desta forma, como não poderia deixar de ser, o programa não traz indicações precisas sobre as lutas que o PT deveria desenvolver imediatamente, no ano, por exemplo. Isto cabe ao Plano de Ação, renovado de

tempos em tempos, à luz da situação política do país.

E é isto que o PT estará agora discutindo ao debater e votar um Plano de Ação. Quais são as lutas principais a nível nacional e como o partido pretende levá-las já, como forma de resolver as questões colocadas hoje na ordem do dia pelo movimento de massas no país e, ao mesmo tempo, aumentar seu enraizamento e consolidação junto às massas abrindo assim caminho para a realização futura de seu programa.

a) Eleições 82: como temperar o PT

Não são poucos os que dizem que o caminho para o PT afirmar-se no cenário político nacional como uma força política eficiente e confiável aos olhos de milhões de trabalhadores, seria a via eleitoral. Esta posição é defendida tanto por alguns grupos políticos que, mantendo o entendimento do PT como uma "frente política", procuram utilizar sua legenda como um trampolim eleitoral, quanto por outras correntes que entendem ser a via parlamentar o campo privilegiado para a atuação política.

Estas posições contêm equívocos importantes. A primeira, por insistir na concepção frentista do PT, onde o debate político e a intervenção organizada no movimento de massas ficaria a cargo dos grupos políticos, e a segunda por rebaixar substancialmente o papel histórico a ser cumprido por um partido dos trabalhadores.

É certo, que as eleições são um momento privilegiado de se fazer política, derrotar a ditadura, propagandear nossos objetivos, consolidar nossas próprias bases, além da importância de se constituir uma bancada parlamentar classista.

Mas, os perigos que corre o PT ao entrar despreparado numa disputa eleitoral, com uma base de massas ainda fluida, com uma estrutura organizativa pobre, além de um programa pouco definido, são muito grandes.

A precipitação afoita do debate eleitoral, por outro lado, se colocada sem critérios, já pode ser um fator até mesmo de disputas internas destrutivas dentro do PT.

O partido terá resultados eleitorais expressivos. Mas os efeitos de uma bancada parlamentar, possivelmente bastante heterogênea, para um partido que ainda não

tenha se consolidado, poderão ser muito diferentes dos esperados. O quadro ainda fica mais complexo quando pensamos que as eleições de 82, se realizadas, serão muito variadas, obrigando o Partido a dar respostas desde a administração pública de prefeituras até a uma atuação junto ao Congresso Nacional.

A melhor garantia contra os problemas que surgirão, é privilegiarmos agora a **construção política do partido**, ou seja, sua construção programática, a consolidação de sua democracia interna e a afirmação de um partido de intervenção no movimento de massas.

Não se coloca para o PT não dar a máxima atenção às eleições. É exatamente pela sua importância que apontamos a necessidade dela ser examinada pela ótica de um partido que pretende se construir colado às lutas populares.

b) Greve Geral: a arma dos trabalhadores

Hoje, o problema principal que o PT tem que enfrentar, é definir uma linha de ação, um resposta operária contra a inflação e o desemprego.

Após as mobilizações de 78/80, o movimento sindical entrou numa fase de relativo refluxo. Hoje, aproveitando-se da momentânea desarticulação deste movimento, a ditadura e os patrões procuram jogar todo o peso da sua incapacidade em gerir seus próprios negócios sobre os ombros dos trabalhadores. Tentaram inclusive desmoralizar o coração do movimento operário brasileiro, S. Bernardo, procurando impor aos trabalhadores a redução de seu salário nominal. Para isso, contam inclusive com o apoio dos tradicionais traidores da classe operária.

Estes traidores procuram aproveitar esta fase dura do movimento sindical para ocupar cargos dentro da estrutura sindical. Tomam a frente na articulação da CONCLAT, procurando tomar a dianteira na articulação nacional do movimento operário.

Nesse sentido, a primeira definição do PT deve ser assumir a campanha lançada por Lula, em torno

das bandeiras aprovadas no 1º de maio, em S. Bernardo:

- I - Liberdade e autonomia sindical;
- II - estabilidade no emprego;
- III - baixa do custo de vida, congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria;
- IV - Reajuste trimestral;
- V - Semana de 40 horas, com garantia de salário mensal;
- VI - Reforma agrária radical;
- VII - Revogação da atual política econômica, pela elaboração de uma nova política pelo conjunto da sociedade;
- VIII - Revogação da LSN.

Esta plataforma enfeixa as principais lutas dos trabalhadores, cria as condições para a unificação da ação. Conforme foi aprovado no 1º de maio, ela seria apresentada ao governo. Caso este mostrasse intransigência, os trabalhadores fariam uma Greve Geral.

Esta proposta é muito importante porque aponta um caminho oposto ao da conciliação e do pacto social. Aponta também a necessidade da classe operária contra-atacar a ofensiva patronal. Sintetiza também as experiências de lutas grevistas dos últimos anos, onde a dispersão foi

um fator fundamental para a derrota. Por isso, é importante:

a) que o PT aprove a proposta do 1º de maio de S. Bernardo, no sentido dela se transformar numa linha de ação para seus militantes sindicais;

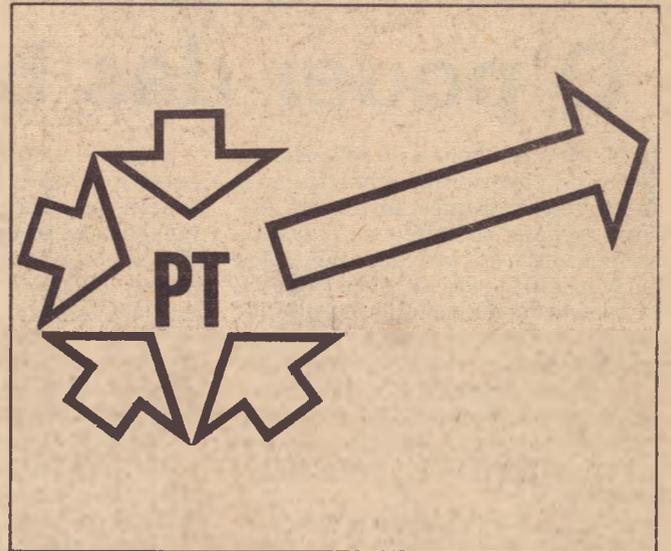
b) que os militantes sindicais do PT atuem no sentido de unificar as campanhas salariais do 2º semestre deste ano, procurando inclusive unificar as comissões de negociações, apresentando uma plataforma com pontos unificados;

c) que esta proposta e a plataforma sejam levadas às CONCLAT;

d) que se mantenha a data aprovada para a Greve-Geral (1º de outubro), condicionada à sua aprovação pelas entidades e bases sindicais que a encaminharão;

e) que o conjunto do partido se mobilize no sentido de propagandear e apoiar esta proposta nas formas possíveis.

Nesta campanha, o PT deve dar uma ênfase especial à garantia do emprego, propagandeando uma posição classista sobre a questão, desmascarando as chantagens patronais, fazendo uma crítica à política econômica do governo.



3 Regimento Interno: por um PT centralizado e democrático

Também em seu Encontro Nacional do ano passado o PT aprovou um Estatuto e alguns princípios de regimento interno. Neles está já contemplada a pedra de toque que nos distingue dos demais partidos: o poder real das bases nos rumos da vida partidária.

No entanto ainda falta transformar este princípio em regras precisas de funcionamento onde assegure-se tanto o centralismo como a democracia no grau correspondente ao estágio de maturação em que o PT se encontra. É hora de precisar o que são os núcleos, sua forma de vinculação à estrutura legal dos diretórios, a articulação entre si através das inter-núcleos etc. Noutro nível, como estruturar as formas de participação nas instâncias estaduais e nacio-

nal sem as limitações da lei. O partido já ensaia agora algumas medidas neste sentido com as pré-convenções, mas é necessário que se regulem definitivamente — e não topicamente, para casos determinados — como se dará este processo. Noutro plano, há também a questão das secretarias para a estrutura de intervenção do PT nos movimentos sociais — sindical, mulheres, estudantil, campo etc.

Enfim, há toda uma série de questões imprescindíveis à consolidação orgânica do partido como um real instrumento de intervenção que não podem ficar de lado neste momento de definições. Pois de nada adianta o partido se armar de linhas de ação se não estruturar os instrumentos para levá-las à prática junto aos trabalhadores.

c) Linha sindical: uma CUT pela base

Complementando esta política, achamos que o PT deve levantar a bandeira Central Única dos Trabalhadores, independente do aparelho do Estado. Sabemos que só um salto qualitativo na atual correlação de forças poderá fazer com que cheguemos até lá, e os caminhos e mediações para isso, serão múltiplos.

Mas, temos que nos colocar neste rumo e não nos deixar levar pelas manobras burguesas. Hoje, a divisão do movimento sindical só favorece aos reformistas, e sabemos que ela favorece as manobras burocráticas de colaboração de classes, estimulando rixas e mesquinhas entre os próprios trabalhadores.

Não podemos supor que a luta

pela independência de classe se dê separada da luta pela unidade do movimento operário. Para a Conclat, em agosto, caberia ao PT articular, reunindo o maior número de sindicalistas, vinculados ou não ao PT, para lutar pela sua democratização, e para levar propostas de luta como as que foram colocadas nos pontos anteriores.

d) A questão da Constituinte

O PT não pode deixar de ter suas baterias voltadas contra o Estado burguês. Neste campo, a atuação do PT foi e é tímida, perdendo muitas oportunidades de liderar o combate contra a ditadura militar. O exemplo mais claro que temos sobre isso, foi quando do julgamento e condenação de Lula e dos demais sindicalistas do ABC. Além de não ter explorado bastante o julgamento, o PT ficou longe de esgotar todas as possibilidades de mobilizar seus militantes. Quando da condenação, sua resposta foi bem aquém do necessário: apenas colocou como resposta à condenação a construção do PT. Inicialmente, não só o PT foi atingido. O alvo da ação do regime foi tanto o PT como o próprio movimento operário mais combativo. Se é correto colocarmos a construção do PT como uma resposta à tentativa da ditadura de golpeá-lo, a verdade é que política se faz com respostas ao nível do movimento de massas.

Durante o ano que passou, o eixo da luta política do PT, foi a campanha contra a LSN. Embora sendo importante, ela só teria crescido se fosse inserida dentro de uma tática de desgaste e isolamento da ditadura militar.

Na verdade, o PT só entrou no campo da luta política quando foi diretamente atingido pela repressão e, mesmo assim, dando uma resposta restrita a uma lei.

Agora, vemos a volta dos atentados e a reação covarde dos liberais. É claro para todos que o terror é próprio a qualquer ditadura; que combatê-lo consequentemente significa lutar pelo desmantelamento do aparelho policial-militar e pelo fim do atual regime político.

Fica, obviamente, faltando uma resposta de conjunto à ditadura militar, que não deixe margem à tréguas ou dubiedades. Falta ao PT uma tática de conjunto para a derrubada da ditadura, que jogue sempre no sentido dos trabalhadores assumirem a hegemonia desta luta.

O PT necessita de um rumo claro que oriente toda a sua intervenção política. Este caminho não pode ser outro senão uma oposição intransigente em todos os aspectos à ditadura militar, tendo como pano de fundo sua derrubada e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e democrática.

Aos trabalhadores interessa isolar a ditadura militar, fechar seus espaços de manobra, contribuir para desestabilizá-la. O problema colocado para o PT está no método que utilizaremos para isso: se a luta terá como palco principal o parlamento ou não; se cairemos na dinâmica de "fortalecer a ala moderada do regime contra a sua ala radical"

ou não; se em toda oportunidade procuraremos politizar o movimento operário, contribuindo para colocá-lo na vanguarda da luta política, ou reduziremos a intervenção do PT ao aspecto econômico das lutas.

A tarefa que se coloca para o PT é a de massificar o combate ao regime e fortalecer na classe operária a consciência da necessidade da sua derrubada. Neste processo, é fundamental que se lance a discussão sobre que tipo de sociedade interessa aos trabalhadores. É necessário que os militantes do PT tenham clareza que uma constituinte só será livre, soberana e democrática, se for convocada por um Governo dos Trabalhadores. Esta idéia deverá ser sempre propagandeada pelo partido.

Por último, é importante ressaltar que, quando o movimento sindical coloca a perspectiva de uma Greve Geral contra o governo, que insiste, entre outras coisas, na mudança da política econômica, ele está colocando, de uma forma ou de outra, a necessidade de se mudar o poder. É algo colocado pelo movimento de massas, não se tratando de uma proposta de massas. Assim, greve geral, unidade nacional do movimento operário e assembléia nacional constituinte fazem parte de um mesmo todo que concretiza uma linha de ação para o Partido dos Trabalhadores.

Solidariedade internacional

O julgamento dos sindicalistas deu uma mostra da importância da solidariedade internacional entre os trabalhadores. Da mesma forma que os dirigentes operários brasileiros necessitam do apoio dos trabalhadores de todo o mundo, também os militantes do Partido dos Trabalhadores devem organizar o apoio dos trabalhadores brasileiros às lutas que os explorados e oprimidos travam em outros países. Neste momento, três questões devem receber a atenção do PT: a luta contra as ditaduras do cone sul, o apoio à revolução centroamericana e o apoio aos trabalhadores poloneses.

Pré-convenções municipais O poder das bases

Em vários pontos do país, as bases do partido nos municípios ou zonais/distritais, se reúnem agora para preparar politicamente as convenções municipais dos próximos dias e tirar chapas unitárias para os diretórios. Um levantamento preliminar junto às direções estaduais revela que em todas as cidades mais mobilizadas e politizadas ocorreram, ou ocorrerão ainda, pré-convenções. E mais, tem predominado largamente a formação de chapas unitárias contemplando a participação de todos os setores do partido.

Aqui, um relato típico de uma pré-convenção municipal, realizada no último fim de semana num dos distritos da capital paulista.

Sábado, dia 6, os militantes dos núcleos pertencentes ao Distrito de Parelheiros, na zona Sul da capital paulista, se reuniram para a sua pré-Convenção. Na região, que é muito grande, basicamente uma região-dormitório operária e que fervilha em lutas reivindicatórias, existem quatro núcleos funcionando a todo vapor.

Embora São Pedro não tenha ajudado nada, pois choveu o dia inteiro, dificultando o deslocamento das pessoas, que tiveram que atravessar ruas com poças d'água e barro pelas canelas, 30 militantes se juntaram das 18,00 às 22,00 horas para, além de tirar a chapa que concorrerá ao Diretório, discutir um programa de trabalho, local.

Os presentes na reunião eram em sua maioria lideranças formadas na luta do Movimento de Favelas e Loteamentos Clandestinos e quase todos já militam no PT há mais de um ano.

A esquerda e o PT

Foi para discutir e clarear o programa do partido que militantes do PT de Taboão da Serra-SP se reuniram no último dia de maio — uma bela manhã de domingo — com o companheiro Apolônio de Carvalho, da direção nacional.

Quarenta pessoas entre metalúrgicos, funcionários públicos, operários da construção civil, professores, jornalistas alternativos frente a frente, num grande círculo. Chá de erva-doce, café e bolachas à vontade. Os participantes estavam ali, conscientes de que jamais havia vivido a experiência de uma sociedade democrática sem exploradores e sem explorados. Mas todos tinham experiências importantes de lutas: nas sociedades amigos de bairro, nas greves e comissões de fábrica, nas associações profissionais, nos clubes de mães. A maioria jamais militou em nenhum partido: o PT é o primeiro. Poucos tiveram a experiência da militância em organizações clandestinas — de quadros — e raros, os mais velhos, chegaram a participar dos velhos partidos: do antigo PT ou do PCB na legalidade como o velho Apolônio.

O objetivo da reunião era tentar romper algumas dificuldades concretas que o partido vem enfrentando na sua construção, principalmente a relação entre as diversas correntes políticas no seu interior e em particular as correntes políticas da esquerda que hoje participam dele. A todo momento e em todos os cantos do partido não é raro que os interesses particulares de cada corrente se sobreponham aos interesses gerais do partido, ameaçando sua democracia interna. Nesse dia, o plenário estava especialmente engasgado com o documento que o jornal *O Companheiro* havia lançado no 1º de maio, rebaixando o Partido dos Trabalhadores a "uma Frente Política de Massas" (ver *EM TEMPO* nº 128).

E ninguém mais indicado do que o companheiro Apolônio para tratar do tema. Além de sua longa experiência como militante de esquerda (participou do PCB e fundou o

A primeira discussão que esquentou, foi sobre a investida do PDS na região, em função das eleições de 82: comícios ou inauguração de um bico de luz ou torneira d'água por semana, e o envolvimento que muitas lideranças antigas e combativas estavam sofrendo. Falou-se na necessidade do PT na região oferecer um combate unificado à essa situação e procurar politizar os movimentos, dificultando a ação dos políticos do governo.

Outro ponto discutido e que resultou numa proposta concreta ao fim da reunião, foi que todos os militantes do PT deveriam ter uma participação centralizada, com o núcleo de um bairro auxiliando o outro nos momentos de pico das lutas. Mas, para isso, o partido deveria ter uma orientação clara e uma política para os movimentos populares.

A proposta concreta para se poder encaminhar dessa maneira a ação dos militantes, na região foi de uma reunião plenária dos núcleos, uma vez por mês, na sede do Diretório.

No final, um dos militantes, liderança do movimento de Favelas, insistiu que o partido na região precisaria de um instrumento de divulgação rápido e eficiente, que desse conta de todos os movimentos, ajudasse a sua difusão e colaborasse em sua politização. Esta será uma discussão a ser aprofundada numa das próximas reuniões mensais dos núcleos.

O encontro terminou com a retirada de uma chapa unitária que será agora levada à convenção. Com muito frio, mas com muita animação, todos os presentes se retiraram confiantes em que tinham dado mais um passo importante na legalização e democratização de fato do PT.

PCBR) foi encarregado pela direção nacional do PT para redigir um documento sobre a questão, *O Partido dos Trabalhadores e as demais correntes políticas de esquerda* (ver *EM TEMPO* nº 121).

O essencial das posições do companheiro no debate do Taboão está contido nesse documento que todos os militantes do partido devem também discutir. Mas "ao vivo" a riqueza da discussão foi muito maior.

Apolônio tinha exemplos muito concretos para citar, inclusive de sua própria experiência pessoal: a experiência do centralismo não democrático, da vanguarda auto-proclamada sem raízes no movimento dos trabalhadores, o desarmamento teórico e prático da esquerda para enfrentar algumas questões fundamentais como a do direito de tendência no interior dos partidos e o direito das massas trabalhadoras de se organizarem em diferentes partidos políticos, mesmo depois da revolução.

Mas, ao lado desses também, os exemplos muito positivos de nosso partido enquanto partido de massa em construção que não cristalizou ainda nenhuma prática ou tendência burocrática em seu interior e cujo crescimento espantoso (de 26 mil militantes em 1º de junho de 1980 para bastante mais de 200 mil hoje — ver matéria pg. 3). Para além dos números, o mais importante é o alargamento de sua composição social entre as parcelas mais exploradas e oprimidas de nossa sociedade no campo e na cidade e a garantia decisiva da presença significativa das parcelas mais avançadas do proletariado urbano simbolizado pelo ABC. A presença da esquerda é necessária porque ela tem o domínio de várias questões da teoria e da história. É da sua capacidade em se fundir com o movimento dos trabalhadores e dos oprimidos, aceitando a sua direção no processo de construção do partido, que ela levará o PT a encontrar força para enfrentar o poder.

Pois se ele ainda não é um partido revolucionário, tem tudo para vir a ser.

(Virgínia Pinheiro)

De baixo para cima, mais até que o PDS

Em entrevista ao *EM TEMPO*, o Secretário Nacional de Organização do PT, deputado federal Antonio Carlos de Oliveira.

Qual o balanço preliminar que você faz das filiações do PT?

— Os dados que até agora conseguimos centralizar, através da Secretaria Nacional de Organização, apontam para um sucesso muito acima das nossas expectativas iniciais: realizaremos convenções regionais no dia 16 de agosto em todos os estados da federação com exceção de Mato Grosso do Norte e Sergipe e ainda incluiremos nesta data um território, Rondônia. São portanto 20 estados e um território, marca apenas ultrapassada pelo PMDB. Todos os demais partidos, inclusive o PDS, ficaram aquém dos resultados que atingimos. Isto significa que estaremos, entre o dia 21 de junho e 26 de julho, realizando convenções municipais em cerca de 1.000 (mil) municípios do país; 1/4 do total. O que, para o PT — desprovido de uma ampla infraestrutura parlamentar, fustigado permanentemente pelo regime, e sem contar com nenhuma herança partidária como foi o caso do PMDB — é uma vitória espetacular, demonstrando largamente a força de sua proposta, e a justeza de seu método, de construir o partido de baixo para cima.

— E sobre as pré-convenções — municipais, estaduais e nacional —, como está o processo do ponto de vista da democracia interna?

— A nível municipal e estadual, a direção nacional deu tão apenas uma orientação, deixando a cargo das direções respectivas a deliberação e regulamentação. Pelas informações que tenho em mãos várias municipais já fizeram com sucesso suas prévias. Muitos estados, principalmente os mais politizados, já marcaram, ou até mesmo fizeram — como foi o caso de Mato Grosso do Sul no último dia 31 — suas pré-convenções estaduais. O que é a forma correta de, por um lado garantir o cumprimento das exigências legais e de outro abrir um espaço democrático para a discussão e aprovação de linhas de ação e formação de direções. Quanto à nacional, vamos agora esta semana ter uma reunião da Executiva onde então regulamentaremos todo este processo.

— Quais as discussões principais que a seu ver deverão se dar a nível nacional?

— Na questão do Programa e do Estatuto, creio eu que se trata muito mais de reafirmá-los do que propriamente modificá-los. Tanto por que avalio serem bons, como porque a lei coloca enormes dificuldades para alterações nestes textos. A nível de Regimento Interno, a direção nacional já se acha de posse de um anteprojeto elaborado pela Comissão de Advogados que é uma peça importante. Mas me parece que ainda é prematura a aprovação de um Regimento definitivo e, desta forma, creio que deveríamos tão somente debater e fixar princípios que seriam regulamentados pelo futuro diretório nacional. E, neste caso, o que vejo como fundamental é definirmos prá valer que o partido se estruturará com base nos núcleos. Isto tem que ficar claro e forte para todo mundo. Só assim é que o PT se diferenciara realmente dos demais partidos e conseguirá ser realmente um instrumento político nas mãos dos trabalhadores. Finalmente, na questão do Plano de Ação, o que a Secretaria está preparando é um levantamento junto às direções estaduais para termos uma idéia da capacidade potencial do PT frente às próximas eleições para que, então, de posse destes dados, possamos definir globalmente, junto à nossa linha eleitoral, as lutas que travaremos no próximo período. Os dados preliminares deste levantamento sugerem, já, que a nossa linha seja de lançar candidatos próprios em todos os níveis, ou seja, atuarmos como um partido de verdade. Isto inclusive é a melhor linha para que venhamos a obter os 5% mínimos de votação nacional necessários ao funcionamento do partido segundo a lei.

Enfim não somente nas convenções de agora vamos conseguir superar as marcas da lei como, através de nossa linha de ação, acreditamos plenamente que em 82, nas urnas, não encontraremos problemas para, igualmente, através de raia própria, ultrapassarmos as marcas mínimas da lei emplacando definitivamente o PT.

FOLHA DE S. PAULO

O dossiê da Polícia Federal

Imprensa alternativa

A lista dos jornais da imprensa alternativa e suas orientações:

"Em Tempo", propriedade da Editora Aparte S/A, Belo Horizonte, MG. Diretor-responsável: Róbison Aires. Editor-chefe: Róbison Aires.

seio das Forças Armadas e órgãos de fazer "tecendo" o Governo.

Leia e assine

À Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros - SP • CEP: 05414 • Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual!

Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

**Dia Internacional
do Meio
Ambiente**

**Brigada
militar
comemora**

O dia 5 de junho é considerado internacionalmente o Dia do Meio Ambiente e, como não poderia deixar de ser, é comemorado por alguns e lamentado por todos aqueles que lutam pela preservação da natureza. No Brasil, os governos federal e estaduais promoveram festas, assinaram decretos e plantaram árvores, enquanto as entidades ecológicas organizaram manifestações nas principais capitais onde, ao lado de reivindicações locais, predominou o protesto contra as usinas nucleares.

O caso extremo, no entanto, foi o de Porto Alegre. Ali, grupos feministas, entidades estudantes e ecológicas e grupos teatrais e o núcleo de saúde do PT organizaram um Ato Público de protesto contra a construção da Usina de Angra dos Reis, a destruição do Pampa gaúcho e contra a conclusão das obras do III Polo Petroquímico, que levará à morte a Lagoa dos Patos.

Os 500 participantes viram a encenação de uma peça sobre um acidente nuclear, transportaram um caixão, como símbolo da morte das matas nativas e distribuíram peixes mortos pela poluição no Rio Guaíba. O governo, porém, também participou da "comemoração": mandou a Brigada Militar, que espancou e prendeu vários manifestantes, libertados após passeata e vigília dos manifestantes que se rearticularam.

(da Sucursal)

**Paulipetro:
outra
malufada**

Enquanto o abominável homem de São Paulo, Salim Maluf, prossegue sua cruzada nacional à cata de votos para uma possível candidatura ao Planalto, utilizando-se descaradamente dos dividendos políticos obtidos através da empresa por ele mesmo criada, a Paulipetro — oferecendo, entre outros "benefícios", 1% do valor de todo o óleo extraído ao município onde se encontra a jazida —, a Associação Profissional Sul-Brasileira dos Geólogos do Brasil fechou posição contra a quebra do monopólio da Petrobrás. Eles exigem o imediato fechamento da Paulipetro.

Apesar de reconhecer que a Petrobrás vem sendo dirigida de maneira autoritária, distanciada dos seus reais objetivos, os geólogos entendem que ela é fruto da vontade popular (a campanha "O Petróleo é nosso") que, deve ser apoiada e redirecionada para o cumprimento de suas reais atribuições.

O presidente da Associação dos Geólogos da Região Sul, Leo Hartmann vai mais longe e denuncia a existência de uma campanha de descrédito contra a Petrobrás, com o único interesse de facilitar ainda mais o acesso das multinacionais no setor. Hartmann lembra que "o volume de petróleo por metro de sondagem



da Petrobrás é superior ao de qualquer multinacional", o que a credencia para ter a exclusividade nas prospecções.

Analisando a evolução dos contratos de risco no Brasil desde a sua assinatura, na época do governo Geisel, Léo Hartmann observa que houve uma gradativa abertura à participação do capital internacional. Como exemplo, recorda que no início, as áreas destinadas às pesquisas das multinacionais eram rigidamente discriminadas debaixo de inúmeras exigências, "Mas com o passar do tempo, à custa de pressões de todos os lados, a situação se inverteu e hoje é a Petrobrás que possui apenas algumas áreas para sua exclusiva exploração". Ele sustenta até o momento, "ainda não deu estouro" porque ninguém achou petróleo, mas que no momento em que isto ocorrer, o barulho vai ser muito grande, uma vez que todos os gastos que os empresários internacionais tiveram até hoje serão ressarcidos e com enorme margem de lucros.

A Paulipetro, na visão dos profissionais de Geologia da Região Sul, além de estar contribuindo para a quebra do monopólio da Petrobrás, está abrindo caminho para que as multinacionais obtenham benefícios ainda maiores do que já possuem hoje em dia. Como se sabe, a empresa paulista goza de uma série de benefícios fiscais e isenções, ainda não estendidas aos conglomerados internacionais. As pressões neste sentido já teriam se iniciado, informam eles.

(da Sucursal)

EDUCAÇÃO

**DCE-UNESP
Pelegada à vista**

Em reunião realizada em Araraquara, dias 16 e 17 de maio, doze entidades estudantis da UNESP (Universidade Estadual Paulista, espalhada em 16 cidades do interior de São Paulo), deliberaram pela formação do DCE da UNESP. A partir de uma avaliação de que não existe nível de mobilização capaz de respaldar a criação de um DCE-Livre, decidiu-se a construção de uma entidade que seja aprovada pelo Reitor.

Para encaminhar essa proposta, formou-se uma Comissão Diretiva, composta pelas pessoas consideradas "mais representativas", que irão elaborar os estatutos do DCE. A proposta deverá ser discutida "com as bases" até 7 de junho, quando será encaminhada ao reitor para aprovação final. E, depois de tanta democracia, onde os votos dos 12 mil estudantes valem o mesmo que o do reitor, ainda se garante ao DCE a responsabilidade de nomear os oito representantes dos

alunos no Conselho Universitário da UNESP.

Chama a atenção que, no ano passado, quando o movimento estudantil da UNESP avançou, lutando pelo preenchimento das vagas ociosas no vestibular e contra o jubileamento, os mesmos companheiros que agora defendem estes métodos para criar o DCE, boicotaram o 1.º Congresso dos Estudantes da UNESP, convocado para discutir democraticamente a unificação das lutas e a livre organização dos estudantes.

E não se sabe com que cara eles levarão ao reitor a proposta de estatuto para aprovação, depois da sova que levaram em Botucatu, junto com outros estudantes. Isto, quando brigadas malufistas, com a cobertura do reitor, desceram o cacete numa manifestação dentro do campus contra o Maluf, que participava de uma cerimônia de doação de verbas à universidade. (D. Neto)

**Eleições na APEOESP
Reflexos da fraca
organização**

Com cerca de 400 votos de diferença a chapa Novo Tempo, liderada pelo professor Gumerindo Milhomem Neto, venceu as eleições para a diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S. Paulo - APEOESP. As demais chapas, Renovação e Solidariedade obtiveram, respectivamente, 1171 e 1131 votos.

Um total de 3950 pessoas votaram nessas eleições para uma entidade que conta com mais de 30 mil sócios em todo estado, numa categoria que, só na rede estadual de 1.º e 2.º grau congrega cerca de 180 mil professores.

Os números refletem a realidade lamentável em que se encontra a entidade de classe do professorado paulista, com fraca organização e restrito poder de mobilização. Para isso muito contribuíram as pressões exercidas pelo governo paulista, principalmente o corte do des-

conto da mensalidade do sócio da folha de pagamento, gerando uma crise financeira dentro da entidade e a sua quase paralisação.

Por outro lado as divergências de método e concepções de trabalho dissolveram a unidade da antiga diretoria, impossibilitando-a de enfrentar a grave crise vivida pela entidade.

As tres chapas que concorreram as eleições representam tendências que já se expressavam na anterior diretoria sem que nenhuma conseguisse se constituir em alternativa de direção para o professorado paulista. A própria chapa Novo Tempo, que agora assume, o faz sem contar com um amplo respaldo da categoria — dado o pequeno número de professores que acorreram às urnas — e também desgastada pela sua parcela de equívocos na condução da entidade. (L.A.)

**Unisinos - RGS
Campanha salarial
dá suspensão**

A reitoria da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), RGS, andou fazendo cursinho com os tribunais militares que condenaram o Lula. Por participar de um movimento reivindicando aumento salarial para os fiscais do vestibular, o estudante Antônio Rocha, presidente do Centro Acadêmico da engenharia, foi suspenso por dois anos. Além disso, o presidente e o vice-

presidente do DCE também estão ameaçados, junto com diretores de outros Centros Acadêmicos, da mesma punição. As entidades estão organizando abaixo-assinados contra a medida, já procuraram a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e vão impetrar mandado de segurança para garantir a Antônio Rocha seu direito a estudar.

(da Sucursal)

Desemprego: bicho de

O desemprego tem sido o bicho de mais alto IBOPE no zoológico da nossa economia. Se os patrões tentam fazer dele um monstro, os trabalhadores, vendo todo dia os cortes do "facão", não podem negar que o bicho come. A verdade é que muito pouco se sabe sobre o animal, apesar de se tratar de espécie doméstica, comum nos lares brasileiros.

Por Juares Guimarães

É muito difícil discutir a questão do desemprego no Brasil sem dar uma olhada na forma particular da ocupação da mão-de-obra que o desenvolvimento capitalista veio moldando por todos estes anos. Se, por exemplo, não sabemos qual a importância da construção civil na absorção da mão-de-obra, dificilmente conseguiremos avaliar quais as consequências para o conjunto da classe trabalhadora de uma crise neste setor. Ainda alguém nos diz, por exemplo, que o emprego de mão-de-obra na agricultura vem decrescendo. Isso pode não ser uma novidade mas o aprofundamento de velhas tendências do capitalismo brasileiro.

A economia brasileira nos últimos quarenta anos multiplicou por mais de 20 o valor real de seu Produto Interno Bruto — índice que mede o valor global dos bens mercadorias e serviços produzidos a cada ano. Ao longo deste período, uma intensa industrialização acompanhada por um forte processo de urbanização, reforçou a presença dos operários e dos trabalhadores em serviço, no conjunto da mão-de-obra ocupada.

Essa é a primeira observação importante. As atividades agrícolas que em 1940 absorviam 67% do total dos ocupados, em 1979 forneciam apenas 33% das ocupações. A segunda, revela um outro aspecto do desenvolvimento capitalista, que tende, no geral, a reforçar as relações de assalariamento. Os que exercem atividades por conta própria, os autônomos, vieram declinando a sua participação no total de ocupações não agrícolas. Eram 31% em 1940 e somente 18% em 1979.

Campo: exploração maior

Uma visão das transformações ocorridas nas atividades agrícolas e das suas consequências sobre o emprego pode ser extraída do estudo da evolução das diversas categorias de ocupação no campo.

A presença dos que trabalham por conta própria permanece a mesma durante a década de 40, mas cresce muito durante os anos 50 e 60, refletindo a expansão das fronteiras agrícolas através de pequenas propriedades em resposta ao crescimento da procura por alimentos que o surto de urbanização desta época produziu. Durante os anos 70, a tendência se inverte: os autônomos diminuem a sua presença em dois milhões e perdem 23% na participação relativa no total das ocupações em atividades agrícolas. Essa queda reflete tão somente a intensidade da penetração do capital no campo, gerando uma maior concentração da terra, substituindo as pequenas unidades produtivas por grandes áreas de monoculturas dedicadas a exportação ou com fins especulativos.

Este processo de penetração do capital, além de incentivar a migração do campo para a cidade ao desativar os minifúndios, se revelou estruturalmente incapaz de gerar empregos, seja pelo alto grau de mecanização empregado nos cultivos modernos voltados para a exportação ou simplesmente pelo seu caráter especulativo, improdutivo. Se em 1940 existiam 3 milhões e 200 mil empregados no campo, em 1979 este número subiu apenas para 4 milhões e 815 mil.



Migração para a cidade: expressão do desemprego no campo

O que é mais grave, porém, é o que se pode concluir analisando o crescimento dos que trabalham no campo sem remuneração, geralmente representados pelos membros da família dos trabalhadores rurais. Estes mais que dobraram nos últimos dez anos, sendo atualmente 4 milhões e 600 mil, a maior parte trabalhando mais de 40 horas por semana. Como este crescimento dos que trabalham sem remuneração não pode ser explicado como o crescimento de agregados em torno à categoria dos pequenos proprietários autônomos, que diminuíram muito nos últimos dez anos, ele só pode ser compreendido como vinculado à categoria dos empregados. Isto é, o empregador — que paga ao bóia-fria por tarefa ou ao meeiro por quota da produção — explora o trabalho de vários mas só dá emprego a um.

Se em 1940 as atividades industriais (de transformação e de construção civil) absorviam 10% da mão-de-obra ocupada, em 1979 elas já empregavam 24%. Esse crescimento foi, no entanto, linear: nos anos 50, a participação da indústria no total da ocupação diminuiu em consequência de uma violenta modernização que atingiu principalmente o setor têxtil e de produção de alimentos.

Indústria: modernização crescente

A partir dos anos finais de 50 e, principalmente, a partir do final da década de 60, cresce a participação dos ramos mais modernos (automobilístico, material elétrico, químico, etc) no total de empregos gerados pela indústria.

Também importante de salientar é o crescimento da participação da construção civil no total de ocupação, principalmente a partir da década de 60 com a criação do BNH e o aumento dos investimentos do Estado em infra-estruturas (estradas, pontes, usinas, etc). Se em 1940 a construção civil empregava 17% da mão-de-obra ocupada no setor industrial, em 1979 ela já era responsável pela absorção de 29% do pessoal. Com uma alta taxa de rotatividade, imenso celeiro de empregos para trabalhadores com baixa qualificação profissional, a construção civil foi o setor que mais absorveu as levas migratórias que se deslocaram do campo para a cidade.

A evolução do comportamento dos negócios nas indústrias dos ramos mais dinâmicos e na construção civil é fundamental para uma avaliação da gravidade do problema do desemprego, uma vez que, além de empregar o maior contingente entre os trabalhadores na indústria, exerce uma influência considerável sobre os empregos gerados no setor de serviços.

Serviços: 25 milhões de ocupados

O setor que em 1940 abrigava 23% do pessoal ocupado, em 1979 já despontava como o maior absorvedor de mão-de-

obra, quase 25 milhões de pessoas ou seja, 44% da população economicamente ativa.

Um aspecto interessante é a relação entre o nível de ocupações no setor de serviços (bancários, comerciários, etc) e no setor industrial que tem se mantido, ao longo dos últimos quarenta anos, em torno de duas pessoas ocupadas em serviços para cada operário industrial. Esta proporção, considerada excessiva, reflete o fato deste primeiro setor não apresentar margens de lucros tais que atraíam o investimento do capital, o que leva à utilização mais intensiva de mão-de-obra.

Sem carteira e sem salário

De como o desemprego se esconde sob a enorme sombra dos sub-empregados.

Além de não ser alvo de levantamentos estatísticos mais precisos, a taxa de desemprego — definida como sendo o número de pessoas desempregadas em relação às pessoas que estão trabalhando ou procurando trabalho — não é um bom indicador para se averiguar a evolução da oferta e procura de empregos no Brasil. Isto porque o mercado de trabalho no país é constituído por largas faixas de relações de trabalho não formalizadas, dando margem a que o desemprego apareça escondido por uma série de atividades de sub-emprego. Isso é reforçado pelo fato de que, não existindo seguro-desemprego, o trabalhador desempregado tenha que se valer de alguma atividade para a sobrevivência.

O cálculo do sub-emprego, por sua vez, envolve várias interpretações. A de uso mais razoável, já que o trabalho existe no mínimo para fornecer as condições de subsistência da pessoa, é a de considerar sub-empregados todos aqueles que estão encontrando dificuldades para se reproduzir. Assim, tomamos como referência o salário-mínimo vigente, mesmo sabendo que ele hoje não é suficiente para adquirir os bens necessários à sobrevivência.

Em 1979, cerca de 19 milhões (43%) das pessoas ocupadas não recebiam rendimento algum ou recebiam menos que um salário-mínimo por sua atividade profissional. O que não quer dizer que desempenhassem atividade marginal já que 73% delas trabalhavam mais que 40 horas semanais.

Uma outra forma de trazer à tona o sub-emprego é revelar o número daqueles cuja relação de trabalho não é formalizada, não desfrutando dos direitos trabalhistas. Cerca de 22 milhões e 500 mil brasileiros (mais da metade da população economicamente ativa) estão nesta condição, 81% dos que recebem menos de um salário-mínimo, o que comprova a sua condição de sub-empregados.

Mesmo naquelas atividades que envolvem vínculos empregatícios é gritante o número dos que não têm a sua condição formalmente regulada. Cerca de 40% do total de empregados não possuíam carteira de trabalho em 1979, ocupando lugar de destaque os trabalhadores rurais, os da construção civil e os que prestavam serviços. Não deixa de ser revelador o mau exemplo do governo: a maior parte de seus empregados, dos que trabalham na administração pública, não possuíam carteira de trabalho!

sete cabeças?



Super jornada impede novos empregos

Teríamos mais de 3 milhões de novos empregos se todos os brasileiros assalariados tivessem uma jornada de 40 horas semanais.

Cerca de 83% dos brasileiros que têm alguma ocupação trabalham mais de 40 horas por semana, a jornada de trabalho internacionalmente reconhecida como referência dos direitos trabalhistas. O que é mais que um desmentido ao velho mito da preguiça do brasileiro, malandro e pouco chegado ao trampo...

O mais importante, porém, é que o exame dessa super-jornada de trabalho do brasileiro joga luz sobre o papel particularmente importante da reivindicação de redução da jornada sem redução dos salários numa estratégia de combate ao desemprego.

Examinando, por exemplo, os que trabalham na condição de empregados, vemos que 92,5% trabalham mais que 40 horas por semana em 1979. Pois bem: mantendo o nível da produção de 1979, e reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas semanais, seriam gerados nada menos do que 3 milhões e 500 mil novos empregos! A essa conclusão chegamos

simplesmente calculando o número de horas trabalhadas que ultrapassavam as 40 semanais e dividindo o total alcançado por 40, correspondente a uma nova jornada.

Reduzindo mais ainda o campo de observação, nos limitando a analisar a indústria, teríamos que 94,4% dos operários deste setor trabalham mais que 40 horas semanais. Se aplicarmos o mesmo raciocínio anterior, teríamos mais 860 mil novos empregos na indústria. Na construção civil, a situação é mais drástica ainda: 97,5% dos operários trabalham mais que 40 horas semanais. Se a jornada neste setor fosse reduzida a 40 horas, teríamos 438 mil novos empregos, para um total atual de cerca de 3 milhões.

Assim, fica muito nítida a vinculação da luta contra o desemprego e a luta contra a exploração. Pois para os patrões imporem à classe trabalhadora uma tal jornada de trabalho, foi preciso arrochar o valor real dos salários, obrigando o trabalhador a cumprir horas-extras.



João Roberto Martins Filho

Mais de um milhão de crianças trabalhavam em 1979.

Trabalhador dos 8 aos 80

Enquanto cresce o desemprego, 1 milhão e 800 mil velhos e crianças são obrigados a trabalhar para sobreviver.

Uma das respostas que a classe trabalhadora deu ao arrocho salarial foi o engajamento crescente dos membros da família no mercado de trabalho, buscando através da renda familiar o seu sustento. Isso pode ser comprovado particularmente no que diz respeito ao trabalho infantil e juvenil.

A taxa de atividade é um índice que mede a percentagem dos que têm ocupação no conjunto das pessoas de uma determinada faixa de idade. Desde 1940, vinha-se observando uma tendência a uma diminuição progressiva da taxa de atividade para as pessoas entre 10 e 19 anos. Em 1940, 38 em 100 pessoas de 10 a 19 anos estavam ocupadas; em 1970 esse número caía para 26. Em 1979, o índice voltava para 37 em 100, praticamente igualando a taxa de atividade de quarenta anos atrás.

Para o ano de 1979, existiam cerca de 1 milhão e 145 mil crianças, de 10 a 14 anos, ocupando empregos que deveriam ser de adultos. Quase 90%

deles não possuíam carteira de trabalho, sujeitando-se a toda sorte de mecanismos de exploração que geralmente convivem com o mercado de trabalho informal (aquele que não está submetido à legislação trabalhista).

Na outra ponta da vida, para os que têm mais de 60 anos, a situação não é muito diferente. De 100 pessoas com mais de 60 anos, 28 mantêm algum tipo de atividade profissional, em geral para complementar as pequenas garantias de sustento que o sistema de aposentadoria vigente fornece.

Em 1979 eram 691 mil pessoas com mais de 60 anos ocupando empregos que seriam de trabalhadores mais jovens, se fosse outra a situação do sistema de aposentadoria. Destes, em situação semelhante à das crianças trabalhadoras, 57% não possuíam carteira de trabalho.

No total, seriam mais 1 milhão e 800 mil empregos se as crianças e os velhos não tivessem que trabalhar para garantir a sua sobrevivência.



Jesus Carlos

O desemprego e o "bico" andam juntos na vida do brasileiro.

Evidência maior de que o desemprego cresce está nas filas como a das 30 mil pessoas no Rio de Janeiro, dia 27 de maio, disputando 352 vagas em um concurso aberto pela Rede Ferroviária Federal. É difícil, no entanto, precisar o ritmo de seu crescimento, a profundidade de seus estragos.

Foi apenas a partir de 1980, que o IBGE começou a realizar uma pesquisa mensal de emprego abarcando as principais regiões metropolitanas do país. A partir destes levantamentos pode-se concluir que o desemprego vem aumentando lentamente nestas capitais, subindo em torno de 1% nos três primeiros meses deste ano em comparação a igual período do ano passado. No entanto, qualquer comparação tendo em conta o ano de 1980 pode levar a conclusões apressadas, pois neste ano o Produto Interno Bruto registrou um crescimento de 8,0%, excepcional-

Números falam pouco

Os problemas para calcular o desemprego: só mesmo analisando as tendências da economia.

mente maior do que os três anos anteriores. De acordo com as informações fornecidas pelo IBGE, apenas no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre existiram cerca de um milhão de desempregados.

Uma outra fonte de informações sobre o ritmo de crescimento do desemprego vem do DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), através do cálculo de demitidos que fizeram homologações nos sindicatos e nas DRTs (Delegacias Regionais

do Trabalho). Os dados são, no entanto, também parciais já que abrangem apenas parte dos trabalhadores demitidos, após um ano de casa quando sabemos que, por causa da alta rotatividade, 70% dos demitidos em geral têm menos de um ano no emprego.

Comparando os dados dos primeiros meses do ano para São Paulo e Belo Horizonte, o DIEESE chegou a algumas conclusões. Para a capital mineira, o número total de homologações em 1981 é bastante próximo ao de 1980, sendo que para São

Paulo registrou-se um aumento de 4%. Uma observação mais significativa é de que aumentou o número de dispensas para cada trabalhador que saiu por conta própria. Essa diminuição nos pedidos de demissão indicaria que não estão existindo para os trabalhadores muitas alternativas de emprego no mercado de trabalho.

Uma outra forma de se analisar o aumento do desemprego seria o de examinar o comportamento da oferta de ocupações, que acompanha em geral o ritmo de crescimento da economia. Sabe-se que a taxa de aumento do pessoal ocupado entre 1968 e 1973 era de 3,6% ao ano e que, nos três anos seguintes, refletindo já a desaceleração do crescimento da economia, a mesma taxa caía para 1,9% ao ano. E esta parece ser a melhor forma de se avaliar o aumento do desemprego, analisando as tendências de crescimento da economia.

FIAT Greve geral na cabeça dos peões

Os operários da FIAT entram no 2º mês de greve, uma greve política, pela garantia de emprego. Na campanha contra os grevistas, a grande imprensa, capitaneada pela "Super-Globo", sabota as informações, distorce as opiniões do Comando de Greve. Muitos setores vacilam no apoio à greve. Mas a greve continua, e a cada passo com novas e mais ousadas iniciativas dos operários. Preparam agora a fundação de sua Associação Cultural de Ajuda Mútua. No 35º dia de greve (5 de junho), LEAL, do comando de greve, delegado sindical demitido, fala ao EM TEMPO.

Da sucursal do Rio

ET: Gostaríamos de saber como está a greve?

Leal: A greve em termos de disposição dos trabalhadores está como no início. Hoje, 1º dia depois do julgamento do dissídio, o pessoal fez um piquete pacífico e não entrou ninguém na fábrica. Só entraram mesmo alguns diretores que iam ter uma reunião com a comissão de fábrica.

Se nós estamos com problemas, a empresa também está. A gente acha muito difícil os trabalhadores da FIAT voltarem para trabalhar sem uma vitória, nem que seja parcial. Eles não vão conseguir dobrar os trabalhadores para voltarem humilhados para dentro da fábrica, sei que o pessoal não vai aceitar mesmo.

ET: E sobre a proposta de readmitir 50% e dar 4 meses de estabilidade?

Leal: A proposta era a seguinte: Volta 50% dos demitidos, mas não para a fábrica, eles voltariam com bolsa de estudo, ganhando piso salarial, para fazerem curso no SENAI, esta é uma proposta dentro do espírito do Ministério do Trabalho, ou seja, pegar o pessoal desempregado e fazer uma reciclagem no sentido de fazê-lo trabalhar em outro setor. Os 4 meses não eram de estabilidade, simplesmente a empresa se comprometia a não mandar ninguém embora. Esse negócio da reciclagem é uma humilhação, você já imaginou o cara que ganha 30 mil cruzeiros e de repente passa a ganhar 10 mil e seiscentos e vai mudar de profissão... o cara não vai aceitar não.

Samuel (operário da FIAT): Isso não vai resolver o problema, vai sobrecar-

regar as outras categorias.

Leal: É claro, o desemprego tem na construção civil, tem em outros setores. A gente está brigando é pela garantia no emprego.

ET: E o dissídio, como é que foi o julgamento?

Leal: A gente nunca teve ilusão, mas sinceramente a gente não achava que o tribunal fosse capaz de negar totalmente as reivindicações dos trabalhadores. A gente pensava que os caras fossem fazer alguma média até porque a empresa havia se mostrado disposta a abrir mão de algumas coisas. Esse negócio dos 4 meses, essa palhaçada da reciclagem. O tribunal achou que a empresa estava até muito avançada. Eles estão achando que a partir dessa decisão do tribunal, a gente vai voltar a negociar com eles humilhados, ajoelhados. Eles com toda a bola e a gente com a bola murcha. Mas a nossa resposta foi na porta da fábrica, quando ninguém entrou.

ET: Com o julgamento do dissídio a greve ainda continua legal?

Leal: É realmente uma situação nova. Uma greve legal com as reivindicações ilegais! Nós continuamos tranquilos.

ET: Com relação ao ato público de 1º de julho? Pareceu muito mais um ato dos trabalhadores da FIAT do que um ato de apoio aos grevistas.

Leal: O ato público mede bem a falta de apoio que a gente está tendo. O ato foi decidido numa reunião com várias entidades que se comprometeram a reproduzir a nota convocatória e distribuir nas suas bases. Foi tirada

uma notinha da cúpula da Unidade Sindical. Em 90.000 filipetas para panfletar em todos os lugares. O Sindicato dos jornalistas ficou de imprimir e não fez coisa nenhuma. De última hora, o Comando de Greve teve que mandar rodar 15 mil da nota assinada por várias entidades para poder fazer a convocação. O resultado foi aquele. Estavam presentes os trabalhadores da FIAT e mais algumas pessoas daquelas que estão presentes em todos os atos públicos.

ET: De qualquer forma foi uma manifestação bonita, os operários é que tinham a direção e a palavra, o pessoal cantava... O que faltou mesmo foi mobilização daqueles entidades que se comprometeram só de palavra.

Leal: Um apoio que vemos com muita esperança é o da Igreja. Nota da CNBB, Diocese do Rio, liberando igrejas, CEBs. Isto é muito importante porque a Igreja tem um peso e tem muita gente organizada em CEBs. A gente tem o exemplo de Nova Iguaçu, de onde tivemos o maior apoio. Lá eles arrecadaram mais de mil quilos de alimentos, a Diocese cede os locais e a rádio - onde fazemos programas diários convocando o povo para colaborar. Outro apoio muito importante foi do pessoal de São Bernardo (SP). Eles já nos enviaram 500 mil cruzeiros.

A gente tem problema de isolamento com a própria categoria. O Sindicato dos metalúrgicos, sua diretoria, coloca muita dificuldade para o Comando se movimentar aqui dentro. O Pimentel apesar de ter se posicionado contra a greve (ver ET nº 128 e 129), o Pimentel é um cara mais hábil, mais inteligente e viu que não podia ser contra, mas o resto da diretoria... tem diretor aí que só sabe abrir a boca para dizer não. Colocam dificuldades em tudo que é possível colocar.

ET: Como está o Fundo de Greve?

Leal: Apesar do apoio não ser grande, a gente tem conseguido arrecadar muita coisa. A gente fez um cálculo que para aguentar mais dez dias de greve precisamos de 2,5 milhões de

cruzeiros. Até agora arrecadamos 2 milhões. Hoje está sendo a 2ª distribuição de alimentos. É o alimento básico para 1 família passar uma semana. Também surge todo o problema de aluguel, luz, gás, é gente que está doente e não tem dinheiro para comprar remédio.

ET: E o apoio internacional?

Leal: Em termos financeiros foi pequeno. Eles trouxeram só 1000 dólares. Eles disseram que lá na Itália também estão em dificuldades. Saíram de uma greve de 35 dias pelo mesmo problema nosso: garantia no emprego. Do ponto de vista político foi muito importante. Eles participou das negociações, esteve no julgamento. Foi bom para ele ver a palhaçada que é aqui no Brasil. Para os trabalhadores foram importantes as comparações que eles fez da FIAT italiana com a FIAT daqui.

ET: Tem mais algo a dizer?

Leal: Os trabalhadores da FIAT estão fazendo um enfrentamento concreto do problema do desemprego. Eu acho que não tem outra forma de combater o desemprego. Agora, a gente precisa de apoio. Parece que os parlamentares e todas as forças democráticas não estão entendendo este problema. A gente não vê um grande sindicalista, mesmo o Lula está falhando neste sentido. Só o apoio financeiro de São Bernardo não é suficiente. Eu acho que o Lula já devia ter se pronunciado como sindicalista. A palavra de ordem que ele tirou no 1º de maio de uma greve geral em outubro, eu acho que os trabalhadores entenderam. Está havendo uma discussão, você escuta. Realmente o pessoal está vendo esta possibilidade. A gente na FIAT ouve os peões dizendo que não adianta mais fazer uma greve só, isolado. Teria mesmo é que parar tudo. Teria que fazer uma greve geral dos trabalhadores do Brasil. Para nós isso é muito importante e se vier a greve os peões da FIAT vão estar na cabeça também, mesmo saindo desta greve, disso eu não tenho dúvida.

Portanto, propõe pontos centrais para a CONCLAT:

- Luta pela estabilidade no emprego - encaminhamento de medidas efetivas contra o desemprego e o subemprego;

- Preparação e encaminhamento de uma greve geral de todos os trabalhadores do País;

- Luta por um salário mínimo real e unificado;

- Luta pela formação, a partir das bases, de um Central Única dos trabalhadores, representativa;

- Pelo fim da Lei de Segurança Nacional e do Aparelho repressivo".

A lista de entidades e participantes do encontro deixa entrever, contudo, que muito resta ainda por integrar nesta articulação, para se impedir uma direção conservadora e conciliadora na CONCLAT. Mesmo os encontros de Monlevade e Taboão tiveram uma amplitude maior. E sem dúvida há muitas outras entidades e lideranças interessadas numa CONCLAT democrática e representativa.

Encontro de Vitória Democratizar a CONCLAT

Dando sequência às articulações iniciadas pelos encontros de João Monlevade e Taboão da Serra (ver EM TEMPO 109 e 110), cerca de uma centena de sindicalistas se reuniram em Vitória, Espírito Santo, nos dias 5, 6 e 7 passados, para firmar critérios comuns de atuação com vistas à CONCLAT e à luta contra o desemprego.

Partindo das recentes manifestações operárias contra a ofensiva patronal (Volks, Fiat, etc.), o documento firmado — conhecido como Documento de Vitória — se posiciona por uma campanha nacional contra o desemprego e o subemprego, propondo para isso a organização de comitês de luta contra o desemprego.

Greve Geral

Com relação à proposta de preparação de uma greve geral, segundo

ponto de discussão da pauta, o documento propõe:

"Analisando as lutas dos trabalhadores nestes últimos anos, vemos que a maioria das categorias caminham isoladamente, mesmo nos casos em que os fatos repercutem, direta ou indiretamente, sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Por mais que as categorias tenham se empenhado e esforçado, muitas das reivindicações, principalmente as mais fundamentais, não foram alcançadas.

A realidade nos mostra, e a sua gravidade exige, que os trabalhadores lancem mãos de instrumentos mais decisivos para conseguirem seus importantes e necessários objetivos.

Consideramos que a greve é um instrumento muito importante da classe trabalhadora.

A garantia e estabilidade no empre-

go, a posse e uso da terra, liberdade e autonomia sindical e tantos outros objetivos só serão conseguidos pela união e mobilização de todos os trabalhadores, as quais, no momento, podem se expressar através de uma greve geral.

Decidimos, assim, neste encontro, conclamar a todos os trabalhadores, da cidade e do campo, em suas entidades, movimentos e associações, a se unirem e prepararem a organização de uma greve geral que mostre não só a força da classe trabalhadora, mas que conduza à conquista de benefícios mais do que necessários, urgentes e indispensáveis".

Com relação à CONCLAT, o documento manifesta principalmente a intenção de buscar a sua representatividade através de amplas discussões e mobilizações, assembleias, etc. e, também, através da circulação de teses e opiniões. Isto para se contrapor à ameaça de uma CONCLAT menos aberta e bem mais controlada.



"1, 2, 3, 4, 5 mil, queremos acabar com o desemprego no Brasil"

ELEIÇÕES NO ABC

São Bernardo

João Ferrador promete vingança

A campanha eleitoral para o sindicato de São Bernardo está esquentando. Dando mostra de quais serão seus métodos de luta, a Chapa 2 — liderada por Osmarzinho e Alemão —, em oposição aos companheiros do Lula, está agora usando o boneco João Ferrador, símbolo criado pela diretoria cassada, para sua propaganda, numa tentativa de iludir a categoria.

Por Vânia de Almeida



Já começa a esquentar em São Bernardo a campanha eleitoral, com vistas à renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. As duas chapas — uma de apoio a Lula e outra de oposição — já estão percorrendo diariamente as portas das fábricas, divulgando seu manifesto.

A chapa 1, liderada por Jair Antonio Meneguelli, por enquanto está tendo maior trabalho. Simplesmente, porque a chapa 2, cujo candidato a presidente é Osmar dos Santos Mendonça (ex-PT e, agora, se passando de mala e cuia para o PMDB), está tentando confundir os trabalhadores dizendo que "não são oposição de jeito nenhum e até apoiam Lula e a ex-diretoria do Sindicato". Essa afirmação falsa está sendo desmentida pela própria ex-diretoria nos comícios que estão sendo realizados nas portas das indústrias. De fato, a chapa 2, que também conta

com Enilson Simões de Moura — o alemão — é de oposição, pois como afirmou Lula, "se estivessem fechados com a chapa 1, não teriam necessidade de sair com outra chapa".

João Ferrador traído

Por outro lado, no manifesto divulgado aos trabalhadores, a chapa 2 revela-se de um vazio total, insistindo na questão da unidade e escamoteando seu papel de oposição, o que evidencia certo temor ante a receptividade dos trabalhadores, pelo fato de já estarem sendo vistos como oposição a Lula e aos dirigentes cassados. Isso não quer dizer, que os trabalhadores estejam subestimando as artimanhas da chapa 2 para vencer as eleições. Num prova de que seu nível político baixou repentinamente, ante à perspectiva eleitoral, passaram a se utilizar dos mais variados expedientes para conseguir votos.

Especialmente os votos de cabresto, como acontece nos sertões dos coronéis.

Acontece que a chapa 2 lançou mão do símbolo da categoria, o João Ferrador — um boneco que foi utilizado pela ex-diretoria para que os funcionários da Volks anulassem seus votos durante as eleições para a Comissão de Representantes da empresa — e está utilizando este símbolo para ampliar seu eleitorado. Um expediente que revoltou muitos trabalhadores de base. Não bastasse isso, na sua sala — dentro da sede do Sindicato — a chapa 2 colocou na porta um conhecido ex-guarda de segurança da Volks. Ou seja, os pretensos representantes dos trabalhadores lançam mão de esquemas de repressão da multinacional alemã para enfrentar e reprimir seus companheiros.

Quanto a seu comportamento democrático está sendo lamentável. Jornais de

Santo André Eleição convocada

O ministro do Trabalho Murilo Macedo nomeou há alguns meses, uma Junta Interventora para comandar o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Na sexta-feira, dia 5, a Junta tinha 48 horas de prazo para convocar novas eleições e encerrar melancolicamente seu mandato. Acontece que o ex-deputado e ex-presidente do Sindicato, benedito Marcilio, tinha entrado na semana anterior, com um mandato de segurança exigindo a realização de eleições, como determinava a lei. E nesse dia, no final da tarde, dois oficiais de Justiça se dirigiram ao Sindicato para entregar a notificação a Antonio Morales, presidente da Junta. Enquanto o Sindicato explodia em festa, com trabalhadores chegando de todas as partes para saudar a rápida saída da Junta, Antonio Morales pedia socorro para o Ministro. E o Ministro, que faz e desfaz, desta vez lavou as mãos e deixou os seus "protegidos" na pior. Simplesmente, afirmou que o assunto não era de sua alçada.

Nervoso, Morales sugeriu, ainda pelo telefone, a funcionários do Ministério que colocassem a Polícia Federal na porta, já que os trabalhadores estavam indócios. Mas desta vez o bom senso prevaleceu e os metalúrgicos puderam comemorar em paz, aos gritos de "Fora, junta" e "Eleições".

A decisão do juiz da 9ª Vara Federal baseou-se na partilha nº 3014 segundo a qual a Junta deveria convocar eleições até 180 dias após a sua posse. Decorridos os primeiros 90 dias, ela deveria ter se manifestado sobre o assunto, o que não ocorreu já que as eleições devem se realizar 90 dias após a divulgação do edital.

A Junta, no entanto, procurava ganhar tempo para tentar conquistar simpatias entre os trabalhadores, o que jamais conseguiu, dado as arbitrariedades que praticava. A saída da Junta, presidida por Morales representa um alívio, já que sua gestão caracterizou-se pela repressão (proibição de assembleias, proibição de divulgação de boletins, etc). Ultimamente, Morales vinha emprestando a sede do Sindicato para bailes de conhecidos dedos duros, o que estava revoltando os trabalhadores. Com sua saída, no entanto, começa a luta pela renovação da diretoria o que em Santo André, não vai ser fácil.

Manifesto

Mais de cem mil manifestos já foram distribuídos pela chapa 1 nas portas das indústrias de São Bernardo, entre elas, a Volks, Ford, Mercedes, Motores Perkins, Scania, Polimatic, Shuller e outras. O texto diz, entre outras coisas, o seguinte: "Quem deveria estar a frente desta chapa deveria ser o Lula e seus companheiros da diretoria, arrancados do nosso Sindicato por um ato de força, por causa de sua fidelidade e amor à nossa categoria. As leis sindicais fascistas impedem que eles se candidatem. Essas leis, porém, nunca arrancaram nossa Diretoria da lembrança e do coração dos metalúrgicos. Pois bem. A diretoria cassada se afasta, mas não abre mão de indicar à categoria um punhado de companheiros que continuarão conduzindo a luta, com a mesma dignidade, com os mesmos objetivos e com a mesma firmeza. Esses companheiros formam a chapa 1..."

Metalúrgicos/SP

Atentado ao Joaquim?

Na campanha eleitoral dos metalúrgicos de São Paulo, quatro fatos importantes se entrecruzam. As eleições propriamente ditas, a campanha salarial que começa em julho, as preparações para o CONCLAT, e as mobilizações em torno da proposta de Greve Geral contra o desemprego.

Se a Oposição conseguir encaminhar bem todas estas questões e principalmente canalizar para dentro do Sindicato a luta contra o desemprego, terá a chance de ôpor a sua prática à pratica do pelego, diferenciando-se na ação e não apenas nos discursos.

Por Elvira Oliveira

A campanha eleitoral dos metalúrgicos de São Paulo vem pegando no breu nas últimas semanas, com a Oposição Sindical procurando ligar o trabalho de mobilização para as eleições com a campanha salarial que se inicia e desaguará em outubro/novembro.

O combate ao desemprego foi escolhido como eixo principal de luta e a categoria vem sendo chamada a apoiar a greve dos trabalhadores da Fiat/Diesel do Rio de Janeiro. Além disso, começam a ser levadas para as bases, as discussões da proposta de Greve Geral, lançada por Lula no 1.º de maio do ABC, através dos Comitês Contra o Desemprego recém formados. Mas os ventos novos começam a soprar também do lado mais organizativo do processo eleitoral. Nas propostas anteriores, o Joaquinão concedia 25% dos mesários para cada chapa de Oposição e ficava com 50%. E mais: os fiscais não teriam o direito de acompanhar as urnas de votação. Só as acompanhariam, se assinassem um acordo prévio, abrindo mão do 2.º escrutínio.

Agora, num esforço de renovação, tendo em mira a CON-



Joaquinão: um pelego reformado

CLAT que vem aí e talvez querendo apagar um pouco a imagem da roubalheira desavergonhada das eleições de 1978, o arqui-pelego dá uma de bonzinho: a oposição terá sempre um mesário ou um fiscal acompanhando as urnas.

Se para a Oposição as coisas têm melhorado, nem tudo são flores nas fileiras do "comandante Joaquim". Comenta-se, mesmo entre os "Décio Malho" — a brigada do pelego — que a pro-

paganda eleitoral que a editora "Oboré" vem fazendo para a chapa da situação é bonitinha, mas ordinária. Não convence e não está conseguindo despertar a categoria.

Outra coisa, é que a imagem pessoal do Joaquinão estaria bastante desgastada e por isso a propaganda da chapa 1 giraria mais em torno do sindicato e não da figura do presidente como em outros tempos. Este "buxixo" parece ser verdadeiro, levando-se em conta o ltimo jornal "O Metalúrgico", que nada fala do Joaquim. Pra livrar a cara, nada como um plano mirabolante. O boato é que os "Décio Malho" simulariam um atentado ao presidente, que não se feriria, mas sairia como herói. Como sempre, onde há fumaça há fogo. A Oposição que fique de olhos abertos, pois já dá pra imaginar quem vai ser responsabilizado por isso.

Como última novidade, circula também por aí, que a diretoria do sindicato anda dizendo que de 1978 para cá, diminuíram de 10 mil os sindicalizados. Isto ou é uma mentira deslavada ou uma das maiores provas de incompetência de Joaquinão e seus aliados.

Construção civil/SP

Registrada chapa de oposição

Nas eleições de setembro, os trabalhadores da construção civil de São Paulo poderão colocar na cabeça de seu sindicato uma chapa de oposição, a chapa 2, que acaba de ser registrada.

Por Regis Moraes

Os 150 mil peões de São Paulo, estão distribuídos por cerca de 15 mil centros de trabalho, a maior parte predios de apartamentos que, uma vez terminados, custarão, no mínimo, 15 anos de salários do trabalhador médio do setor...

Além de terem esses salários super-comprimidos, os próprios reajustes oficiais, dos dissídios, freqüentemente, não são obedecidos pelas construtoras. Isto ajuda a alta rotatividade da mão-de-obra no setor, a mais alta do país. A coisa chega ao ponto dos pedreiros terem contratos em que assinam a demissão antecipadamente, deixando a data em branco! Principalmente nos últimos tempos, as empresas aumentaram os contratos por "tarefas", onde o operário ganha pelo trabalho realizado, e não por hora, uma forma de empreitada em que o peão se mata para concluir

o serviço rapidamente, sem nenhum cuidado pela segurança e pressionado pelas filas de desempregados nas portas das obras.

Nem é preciso dizer que as condições de trabalho são inseguras, que o "transporte" oferecido pelas firmas é tipicamente escravagista. A extorsão das horas extras e das tarefas "economiza" operários, gastos burocráticos, vestiários, alojamentos, transporte, além de facilitar a burla das leis sociais.

Some-se a tudo isso a prática de transferência forçada do operário para locais distintos, e teremos aí um quadro do absoluto controle e manipulação que as construtoras fazem com "sua" mão-de-obra.

Não é difícil perceber a necessidade e a aspiração dos peões, por um sindicato eficiente. Desde 1977, alguns trabalhadores procuram constituir uma "oposição sindical", que não consegue

emplacar. Desde 1978, seguindo o exemplo dos metalúrgicos, a categoria foi se "acostumando" a não mais delegar poderes à diretoria para assinar acordos, inaugurando uma nova rotina, com a constituição de comissões salariais onde novos operários foram se destacando e formando sua consciência sindical. Juntaram-se a eles alguns militantes da "velha guarda" oposicionista. Esse processo desembocou na constituição da atual oposição e da CHAPA 2, que agora inicia sua campanha eleitoral, baseada no seguinte programa: por um piso salarial para cada ofício da categoria; por contratos coletivos de trabalho, firmados no sindicato e durando do início até o fim da obra, para cortar a rotatividade; pela eleição da Comissão de Prevenção de Acidentes, livremente, nas obras; por melhores condições de trabalho, alojamento, transporto.

Metalúrgicos/Guarulhos

Vitória política

O processo de eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, em S. Paulo, chegou ao final, com o 2.º escrutínio: dos 7482 associados, a chapa 1 — da situação — conseguiu 4 mil votos contra os 3239 conquistados pela chapa 2, oposição. A diferença, na segunda votação, caiu de 969 para 761 votos.

Do lado da situação, estavam os setores mais conservadores da Unidade Sindical e do PMDB local, além dos onipresentes "brigadistas HP". Do lado da oposi-

ção, muita garra e uma carta pessoal do Lula, que apesar de sair em cima da hora, alterou bastante a balança das eleições. Em linhas gerais, a oposição ganhou nas grandes fábricas, e perdeu nas centenas de pequenas empresas, onde funciona muito mais a política assistencial do sindicato.

A jovem oposição sindical, nascida após as eleições de 1978, ganhou influência na categoria graças à combatividade demonstrada nas greves de 1978 e 1979. E promete continuar. (E.O.).

Bancários/RGS

Está dada a largada

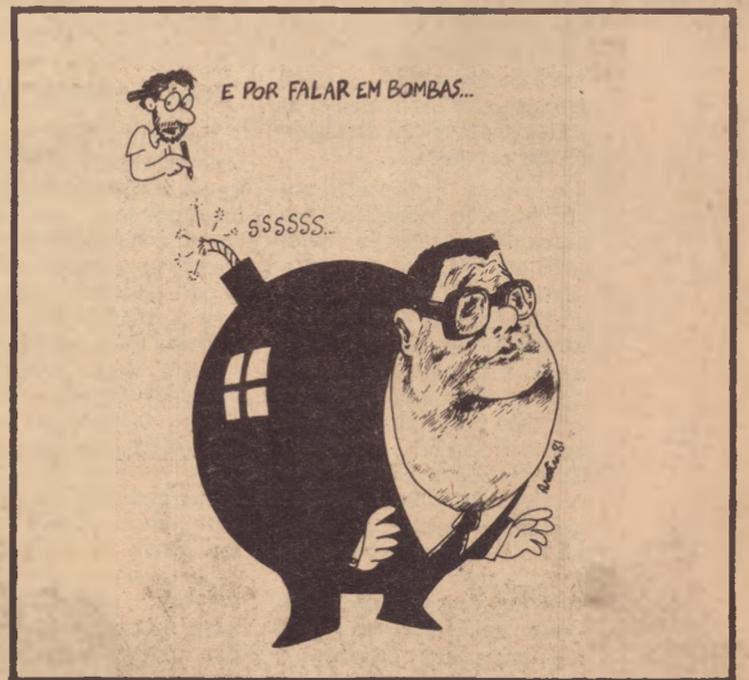
Depois de submetido a uma avalanche repressiva, iniciada com a intervenção do Ministério do Trabalho que cassou Olivio Dutra, botou dentro da entidade informantes da repressão e censurou telefones, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre entra agora num período pré-eleitoral. De 21 a 25 de setembro, os trabalhadores escolherão entre a chapa articulada pela diretoria cassada e uma outra, que ao que parece, pretende continuar a intervenção "por dentro".

Durante o período de intervenção, os bancários, através de sua Comissão Salarial, continuaram se reunindo em sindicatos solidários, preparando a retomada da entidade. A repressão se refletiu no conjunto do movimento sindical gaúcho, onde os bancários vinham cumprindo o papel de ponta de lança, articulando os sindicatos do interior, impulsionando a Intersindical, opondo-se ao peleguismo da Federação dos Bancários.

apoio da Federação e de setores oportunistas da esquerda.

Levando em conta esse fato, além da recente recuperação da entidade, a composição da chapa que aglutina elementos da antiga diretoria e do comando de greve de 1979, teve que ser um processo muito sensível para evitar sectarizações que favorecessem o peleguismo. Apesar de algumas falhas, como as discussões muito restritas, a campanha vai agora prás ruas, tentando repetir a eleição passada, quando a articulação pelega foi fragorosamente derrotada. E a campanha eleitoral marchará juntamente com a campanha salarial (também em setembro). A mobilização culminará com a ida massiva às urnas. A vanguarda bancária confia em que a categoria votará em CERTEZA DE TRABALHO E COMBATIVIDADE. Banqueiros, tremei!

(Da sucursal)



Autonomia sindical não é neutralidade

Os debates sobre a participação na CONCLAT, e sobre a linha sindical do Partido dos Trabalhadores ainda estão frios. Contudo, algumas iniciativas, visando a realização de encontros de militantes sindicais do PT, começam a ganhar corpo. Publicamos aqui o resumo do documento elaborado por Raul Pont, vice-presidente do PT/R. G. do Sul e em discussão no partido.

O PT defende a autonomia do movimento sindical com relação aos partidos políticos. Mas, por outro lado, isso não se confunde com a prática burguesa que não abre mão do controle estatal mas procura convencer ideologicamente os trabalhadores de que política e sindicato não se misturam.

Não há mais espaço para um sindicalismo "neutro", restrito apenas à lutas econômicas. Isso não implica na defesa de transformar os sindicatos em "aparelhos" controlados pelo partido. Pelo contrário, contribui para combater a subordinação dos sindicatos aos pelegos e reformistas, que sempre usam o argumento de apoliticismo para eternizar sua permanência nos aparelhos sindicais. "Somos defensores do direito de qualquer partido, tendência ou corrente se expressar no movimento sindical, resguardando a unidade no encaminhamento das lutas" (...) Não é a "neutralidade" que garante a democracia e a autonomia do movimento. Ao contrário, é a defesa do direito de expressão, de plena liberdade sindical que permite alcançarmos a verdadeira unidade sindical".

Uma plataforma básica para o PT

A plataforma, necessária para o partido, deve apontar, sistematicamente, uma concepção de sindicalismo e uma plataforma de lutas. Uma concepção sindical que aponte a democracia, o classismo, a independência diante do Estado e dos partidos; que aponte o direito de participação de todo trabalhador, de qualquer posição política, como garantia de unidade para o movimento sindical; que lute pela libertação dos sindicatos das mãos de pelegos e burocratas, além de implementar a organização sindical de base, nas comissões de empresa.

A plataforma de lutas inclui, entre outras coisas: a) melhores condições de trabalho, através da conquista de comissão de fábrica e delegados sindicais com estabilidade, que mantenham mobilização permanente contra

a exploração; b) estabilidade no emprego e diminuição da jornada de trabalho; c) reajustes trimestrais de salários; d) direito de greve pleno; e) unificação dos dissídios; f) salário mínimo real unificado g) unificação das reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo h) defesa e apoio a construção de uma Central Única dos Trabalhadores.

Ação sindical dos militantes do PT

É fundamental a atuação do PT enquanto partido, e não como uma frente político-eleitoral. Neste sentido, é fundamental a manutenção dos critérios de organização partidária por núcleo de categoria. A melhor maneira de realizar esse processo é abrir um debate no interior do partido, nos núcleos de base e categoria, com reuniões regionais e setoriais.

A maior preocupação que o PT precisa responder na presente conjuntura é a luta sindical, as propostas orgânicas em pauta e uma linha de ação, uma resposta dos trabalhadores à crise econômica, à inflação e ao desemprego. Atualmente, essa luta vive um período de reflexo, se comparado com os anos de 79/80. Mas não houve derrotas profundas ou desmoralizadoras. O movimento não foi golpeado como em 1968, quando se combinavam uma conjuntura de crise do movimento oposicionista, refluxo profundo no movimento operário e desempenho favorável do crescimento econômico, solidificando o patronato no apoio ao regime militar.

Há sinais que mostram disposição potencial no movimento sindical: o número de oposições surgidas no período, a conquista de alguns sindicatos antes pelegos, a recusa dos trabalhadores da Volks, a perspectiva de realização de um congresso nacional de trabalhadores.

Neste sentido, e diante da necessidade de passar à ofensiva, numa série de propostas concretas para "mudar o país", a iniciativa de abrir nacionalmente uma discussão nas bases sindicais para a organização de uma plataforma de reivindicações ao governo e levantar a alternativa de greve

geral pelo seu não atendimento é uma proposta pertinente a ser encaminhada. Isso politiza o movimento, evita a atomização das lutas (como as de 79/80), unifica a ação operária contra o Estado.

O PT deve, imediatamente, deflagrar essa campanha na forma de agitação e levantamento das bandeiras unitárias com o conjunto das oposições populares em torno de um eixo de reivindicações mais sentidas e unificadoras do movimento a nível nacional, transformando o CONCLAT num momento de ratificação dessas propostas e de sua ampliação nacional.

PT, ENCLAT, CONCLAT

No R.G. do Sul, a organização de uma série de encontros regionais encaminhado pela Intersindical é um ponto positivo no movimento, talvez único com todo o país, e na preparação do Congresso Nacional dos Trabalhadores. O PT deve estar presente, de forma homogênea, neste processo, procurando respaldar propostas mais democráticas e avançadas na organização e regimento interno da CONCLAT.

O PT deve tomar a iniciativa de galvanizar todos os setores classistas e independentes que surgem para o sindicalismo, não para "ganhá-los" partidariamente, mas para construir um canal de expressão nacional daqueles que lutam por um sindicalismo democrático, combativo e classista. No R.G. do Sul, o PT deve encaminhar um encontro de todos os sindicalistas que militam no partido e/ou simpatizantes que queiram participar de uma reunião regional preparatória ao Encontro Estadual para tirarmos um conjunto de propostas comuns.

Achamos que os companheiros do PT na Comissão preparatória do Conclat devem se bater pelos critérios democráticos de participação do Conclat: delegados eleitos em assembléia e não simples indicações das diretorias sindicais; garantia de proporcionalidade na representação; garantia de circulação prévia de propostas que irão ser debatidas na CONCLAT.



Executiva da CONCLAT reunida em São Paulo

CONCLAT Preparando a luta

A Comissão Executiva Nacional - CEN - da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), reunida no dia 6 de junho, decidiu já ir encaminhando uma campanha nacional contra o desemprego. A CEN tomou decisão favorável à preparação e eclosão de greves nas empresas onde haja demissões em massa, além de estimular a campanha de apoio aos trabalhadores da FIAT do Rio de Janeiro. Será ainda criado um Dia Nacional de Luta contra o Desemprego, preparado por manifestações, entre as quais uma já está marcada: dia 26, na praça da Sé em São Paulo.

Por outro lado, continuam em marcha lenta os preparativos para a discussão dos temas e retiradas de delegados, nas grandes categorias e grandes centros industriais do país. Algumas discussões e articulações se realizam agora em junho.

Vários sindicatos e associa-

ções profissionais, representando engenheiros, economistas, médicos, arquitetos, geólogos, psicólogos, artistas, jornalistas, assistentes sociais, e sociólogos, estão organizando dois dias (16 e 23 de junho) de debates no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo sobre: Conclat, Desemprego e Democracia.

Profissionais debatem CONCLAT

Os debatedores do dia 16 serão Jorge Bittar, presidente do Sindicato dos Engenheiros do R. Janeiro, e membro da CEN da CONCLAT, deputado Alberto Goldman, deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, e Hélio de Melo, presidente da União dos Servidores Públicos. Para o dia 23 já estão confirmados: Lula, Arnaldo Gonçalves (Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), Hugo Peres, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas e Dante Pelacani, ex-dirigente sindical do CGT.

EM TEMPO: Oposição ganha sindicato

O reinado dos pelegos chegou ao fim no Sindicato dos Professores de Campinas (e mais 9 cidades próximas). A pelegada se dividiu e, depois de 18 anos, tem que entregar a direção da entidade à oposição sindical. Uma das chapas pelegas, apoiada pela Federação (estadual), contava com a "infalível" ajuda dos meninos do Hora do Povo, que ao final da apuração choravam copiosamente. O sindicato compreende uma base de 6 mil professores, mas o colégio eleitoral não passa dos 500 votos. No segundo escrutínio, a chapa L, de oposição, teve mais votos que as outras duas juntas. E agora pretende tirar a entidade do marasmo.



Solidariedade

O Homem de Mármore e o espírito de Gdansk

"Sou testemunha da história"

Estaleiro Lênin, Gdansk, agosto de 1980. Representantes do "Solidariedade" ouvem as palavras emocionadas do diretor Andrzej Wajda, para seu boletim de greve, sobre um próximo filme: "O Homem de Ferro" ganhador do festival de Cannes este ano, uma continuidade de "O Homem de Mármore".

— Você fez um dos melhores filmes sobre o problema dos trabalhadores na Polônia. Refiro-me a "O Homem de Mármore". O filme é conhecido por todos os trabalhadores grevistas. Ele termina justamente aqui, nos estaleiros. Como você vê o filme dez anos depois, à luz dos atuais acontecimentos?

Andrzej Wajda: Sempre sonhei em fazer a continuação do filme. Ficaria muito feliz se conseguisse fazer um filme sobre o filho do "homem de mármore". Creio que vocês estão agora mesmo escrevendo o argumento através de suas ações. Os acontecimentos atuais são a expressão do filme. Por isso está claro como será a narração. Só resta desejar que tenha um final feliz, posto que o final é algo que nos preocupa extremamente.

— Os acontecimentos de "O Homem de Mármore" terminam há dez anos. Hoje, como você disse, estamos cheios de esperança, como a mensagem do filme. Os atores dos acontecimentos atuais são gente que nunca foi "homem de mármore". Como você vê esta gente e suas motivações?

Andrzej Wajda: Creio que o que se passa aqui está dentro de uma espécie de continuidade. Isto é importante, o sentimento de nossa continuidade. Eu sustento que nada começa sem razão, que tudo tem suas raízes em algum lugar do tempo e do espaço. Eu não acredi-

to que nós somos gente honrada apenas desde segunda-feira. Mas que antes havia alguma gente honrada. E, inclusive se eles sofreram derrotas ou pelo menos não tiveram êxito, não seria bom se nós começássemos do zero agora. Por isso queria fazer a continuação do filme. Sinto como se eu e o homem de mármore tivéssemos conseguido expressar uma parte da verdade que eu mostrei. Um trabalhador típico, com sua dignidade, sua ambição e sua consciência de classe. Eu queria saber como pensa um filho de um ser humano como este. Não é sem sentido a pergunta sobre o filho do "homem de mármore"; eu acredito que ele não vai trair seu pai. Ele vai continuar a tarefa de seu pai. Devo assinalar que cheguei ao estaleiro faz alguns minutos. Por isso prefiro sentir o lugar e pensar sobre muitas coisas.

— Como última pergunta: qual a sua impressão sobre o estaleiro?

Andrzej Wajda: A primeira impressão é que nos chegou a Varsóvia e a outras cidades também. É uma impressão de calma e auto-confiança, de algo festivo, de qualquer coisa de sublime e extraordinário. Eu sinto que sou testemunha de uma parte da história, o que não acontece muito frequentemente. Na maioria das vezes a história passa ao nosso lado, mas aqui a sentimos, aqui a vemos, a tocamos.

O Homem de Mármore, filme do polonês Andrzej Wajda, termina em Gdansk, nas monumentais máquinas do estaleiro Lênin, onde teve origem o movimento que levou ao Solidariedade, em 1980. Mas o espírito inconformado dos operários de Gdansk já estava no filme, captado pela câmera sensível de Wajda em 1976.

Por Marília Carvalho

O filme de Andrzej Wajda, é cheio de portas e janelas abertas para a realidade polonesa que o movimento de Solidariedade trouxe à luz. No filme, Agnieszka, a aluna da Escola de Cinema que luta para concluir o filme sobre a história de Mateus Birkut, um herói do trabalho "na década de 50, esbarra na recusa da emissora de TV estatal em financiá-lo. O próprio Wajda teria que lutar durante dez anos para obter autorização de realizar "O Homem de Mármore" e, depois para colocá-lo nas telas de seu país.

Sempre acompanhando os passos da inquieta Agnieszka na sua corrida em busca da reconstituição da vida de Birkut, Wajda nos leva a uma insólita boite de strip-teases, onde, a partir de uma conversa, retoma cenas sobre os descaminhos da vida polonesa na década de 50, sempre tendo ao fundo o meneio de formas femininas, com jogos de luzes e música pop.

Na história real, em setembro de 1980, o antigo diretor da Rádio-TV polonesa, Maciej Szczępanski é denunciado por seus pares burocratas como dono de pequenos palácios ao redor de Varsóvia, residência de safari, aviões e iates, uma sala de projeção de filmes pornôns, equipada com piscina, sauna e uma sala de "massagem tailandesa", onde o burocrata levava os seus amigos.

No filme, na casa luxuosa de um cineasta corrompido, ele conversa com uma moça que cuida da sua filha. Sua mulher? Não, uma das suas criadas, pois logo vem outra par servir um cálice de fina bebida. Qual o

espaço para a desigualdade na Polônia? Não é artigo para consumo envergonhado dos burocratas, usado e abusado, porém discretamente, nos cantos?

Os mineiros em greve na Silésia descobriram a folha de pagamentos de seu diretor, de soma igual a um ano de seus salários. No item 13 das 21 reivindicações de Gdansk, estavam a supressão dos privilégios dos membros do partido, a nivelção das residências familiares, a supressão do sistema de vendas reservadas.

A arte, o mito e a vida

Câmera, luz e ação: tem início a tomada de cenas de exemplo para todo o povo polonês de como o operário Birkut cimentou 30 mil tijolos em uma só jornada de trabalho. Birkut, filho de camponês, provavelmente criado na tradição católica polonesa, faz o sinal da cruz. O cineasta burocrata diz não, as câmeras voltam atrás e tudo começa de novo... Ao final, cansado de 30 mil tijolos, Birkut mal se aguenta de pé. O que se exige, no entanto, é uma saída garbosa, de peito estufado e olhos no horizonte ao som de uma marcha triunfal. O operário, marcando o equilíbrio num providencial tijolo que carrega nas mãos, caminha meio trôpego, meio marcial, entre os andaimes, oscilando entre a sua condição humana pisoteada e a ridícula pretensão do burocrata criador de mitos.

Birkut, alienado de si, torna-se símbolo de um Estado opressor. Os anos 50 na Polônia foram palco de um esforço tremendo na produção, a produtividade crescendo em 25% ao mesmo

tempo que os salários eram comprimidos. Em uma das sessões de "trabalho heróico" que o ingenuo Birkut, faz acreditando incentivar os ânimos para o trabalho pelo bem estar comum, um tijolo fervente é colocado pelos trabalhadores entre os que ele tocará. Mais tarde, com as mãos crispadas de dor, mais moral ainda do que física, ele se pergunta: como pode um operário fazer isto com outro operário? Era apenas o início da consciência de sua alienação.

Em 1980, o movimento iniciado em Gdansk coloca no primeiro plano as reivindicações do direito de construir os seus próprios organismos de representação, de ter acesso à realidade através dos jornais e dos meios de comunicação. Era um povo inteiro querendo retomar a condição de atores, de sua própria história. "São reivindicações anti-socialistas" retrucou logo o Trybuna Ludu, jornal oficial. Mas, as palavras do Trybuna soaram tão ridículas como os passos trôpegos de Birkut nos andaimes.

Ao final de "O Homem de Mármore", uma pergunta: não terá sido o diretor Wajda traído pelo método que se propõe a criticar, ao nos apresentar Birkut irreparavelmente honesto e impecável na sua consciência de classe?

No filme, pululam os carreiristas, o burocrata de nariz empinado, os que cedem à corrupção do poder stalinista e se degradam. Birkut aparece solitário em sua integridade moral. Em 1980, no entanto, são vários milhões de Birkut's que entram em cena. Mais uma vez, a vida vem confirmar Wajda.

Burocratas cedem à oposição

Tudo começou em Gdansk e hoje são mais de 14 milhões de trabalhadores organizados no sindicato "Solidariedade". Há um mês atrás foi a vez do "Solidariedade Rural", que após sete meses de luta obteve sua legalização. Como se não bastasse isso para as velhas cabeças dos burocratas do Partido Operário Unificado Polonês - POUP - agora se defrontam entre si com a proximidade de um congresso extraordinário do partido. A burocracia não pode mais dormir tranquila.

Por Wagner Cardoso

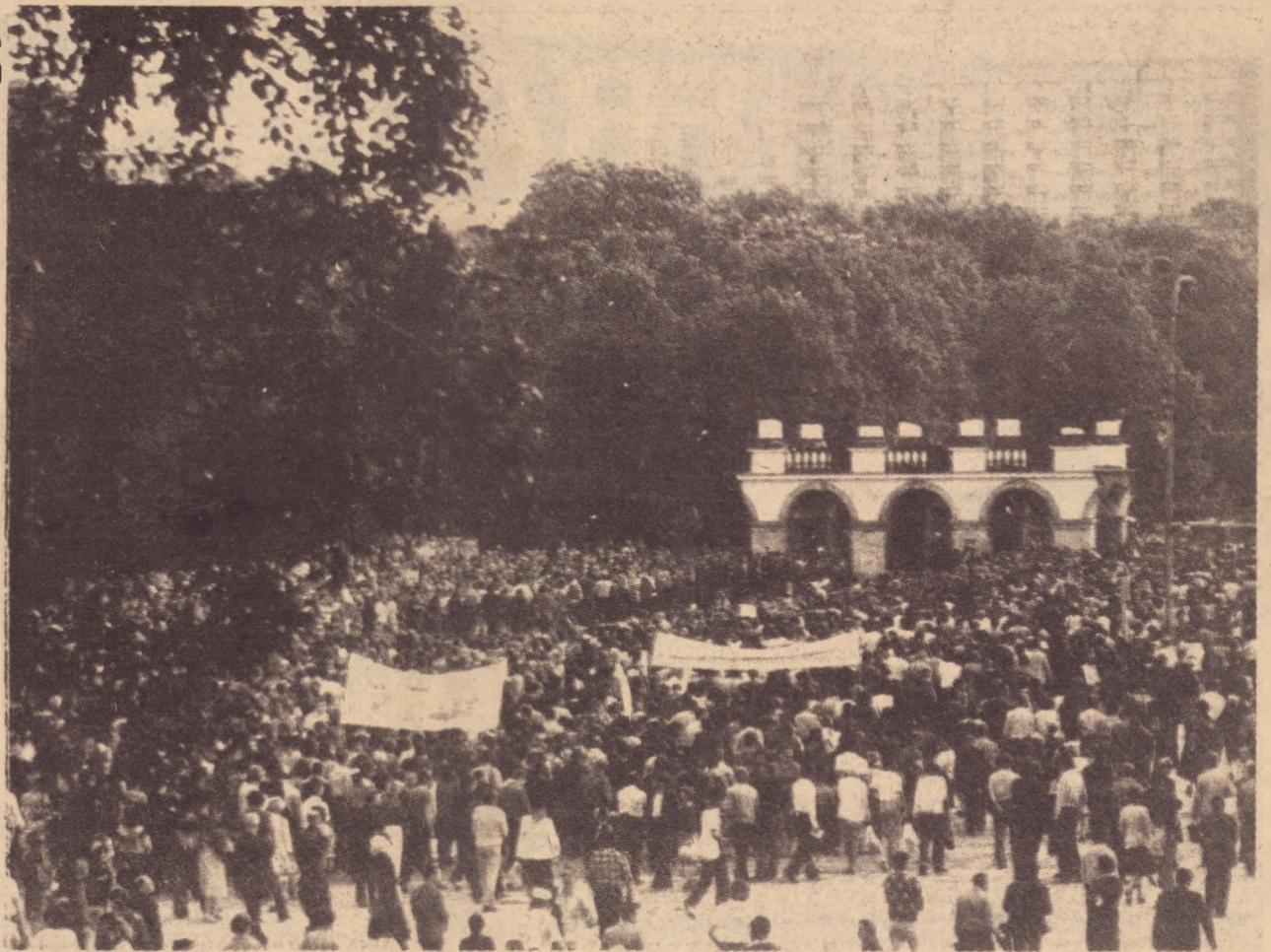
Registrado no último dia 12 de maio, o sindicato "Solidariedade Rural", dos camponeses com propriedades individuais, engloba, dependendo a região em função do número de fazendas coletivas, 80 a 90% dos agricultores independentes. Isso, dentro de um contexto onde 80% das terras cultivadas, estão nas mãos desses camponeses e só 20% sob controle do Estado ou em cooperativas.

"A realização dos princípios teóricos da aliança operário-camponesa, em vias de se concretizar, significa que o poder de Estado está perdendo a possibilidade de manipular tranquilamente uma grande parte da sociedade", afirmava o semanário "Jednose" (Unidade) do "Solidariedade" de Szczecin.

E é o que está sendo feito a partir de agora. Os trabalhadores da cidade, como os da fábrica de tratores USUS, começam a utilizar de seus fins-de-semana, para produzir máquinas e peças que faltam aos camponeses. Por seu turno, os camponeses começam também a ajudar os traba-

lhadores das cidades, dando-lhes alimentos durante os períodos de fome, mas também criando cooperativas distribuidoras de alimentos que faltam nas lojas da cidade. O controle de preços, arma dos especuladores intermediários, acentuou-se da mesma forma.

E para os que agitam o "anti-socialismo" dos camponeses, nada melhor que este trecho da "Declaração de Intenção do Solidariedade Rural" (NSZZRI-Solidarnosc), assinada em 7/04/81: "Após reafirmar que o principal objetivo do sindicato dos camponeses independentes é defender seus interesses imediatos e não o de constituir uma organização política concorrente ao POUP, o presidium do sindicato afirma: (...) Reconhecemos que é indispensável o reforçamento do cooperativismo camponês... Mas nós consideramos também indispensável o reforçamento da autogestão camponesa, o que implicará numa modificação dos serviços efetuados pelas cooperativas atuais e os laços existentes entre elas..."



Trabalhadores poloneses estão construindo uma vida nova.

No entanto, o que mais incomoda a burocracia é a sua dissidência. Já é fato notório que mais de um terço do POUP (1 milhão de pessoas) integraram as fileiras do "Solidariedade", desde a sua fundação em agosto passado. Um dos momentos dessa "integração", foi ocorrido durante o plenum do Comitê Central de 29 de março, onde alguns membros do partido, admitiram sem receios que eles tomaram parte contra o apêlo do Birô político, à greve geral que atingia o país, naqueles dias.

A oposição no Poup

Sabe-se também que a convivência amigável entre os membros do "Solidariedade" de Gdansk e o chefe do POUP, assim como da Milícia, incomoda muito os burocratas e ajuda por demais os militantes sindicalistas nas suas andanças pela "terra liberada" de Gdansk.

Além disso, há o "movimento pela renovação" verdadeira oposição interna no POUP. Aliás, esses militantes, reagrupando membros de mais de vinte regiões, representando as estruturas de "coordenações horizontais de células" — estrutura que eles se dotaram, afim de quebrar a verticalidade autoritária do partido —, realizaram em 15 de maio passado, uma primeira reunião nacional na Universidade de Torun. Durante dois dias, centenas

de militantes discutiram as tarefas a serem encaminhadas no POUP, e três resoluções foram adotadas: medidas contra a decisão do Birô Político, de proibir os militantes do partido de participarem nos movimentos de greves; exigiam também um acordo com o "Solidariedade", com respeito aos acontecimentos de Bydgoszcz, protestando contra a repressão anti-sindical; e finalizando, pediam eleições imediatas para todas as instâncias do partido, assim como a convocação do IXº Congresso extraordinário. Tais eleições deveriam "ser democráticas e com boletins secretos, sem limitação do número dos candidatos para todos os postos de direção".

E mais uma vez, a direção do PC cedeu: a direção burocrática aceitou a modificação dos estatutos visando a preparação do Congresso Nacional do Partido, acatando as exigências da oposição. É claro que as pressões de Moscou não tardaram, ameaçando ao mesmo tempo, "anti-socialistas" e burocratas "moderados".

Pode-se perceber que a bola de neve continua rolando. Após fazer concessões à classe trabalhadora, a direção do PC enfrenta suas próprias bases, reduzindo assim, as margens de manobra. Daí, conclui-se que o próximo Congresso do POUP, em julho, poderá ser um momento importante para o novo polonês.

"Buscamos o caminho da vida"

Jacek Kuron, um dos principais conselheiros do sindicato "Solidariedade" polonês, em entrevista ao quinzenário "Intercontinental Press", fala sobre a vontade política dos trabalhadores poloneses.

“A situação na Polônia está muito complexa. A melhor palavra, com todas as reservas feitas, é que se trata de uma revolução. Revolução, somente como analogia, e sabendo-se que todas as analogias não são nunca aplicadas integralmente.

Chamo a isso de revolução porque, falando em termos práticos, esse movimento que ora

presenciamos, envolve toda a sociedade polonesa, tentando modificar sua vida de maneira radical. Diria também que, é um movimento visto de fora, um olhar moral do povo, julgando o regime. O povo decidiu que era impossível continuar vivendo como antes. Existe uma convicção geral que o caminho da vida, que somos obrigados a seguir é oposto a

tudo valor humano de base e, que a vontade de mudança de nossa vida, hoje, em todos os aspectos, é algo generalizado. Esse olhar exterior, pedindo mudanças, que eu chamaria de revolução moral, atinge todas as relações humanas, sociais, políticas, culturais, tudo enfim.

Este movimento é integrado antes de mais nada, pelo sindicato independente "Solidariedade". Mas não só. Fazem parte dele, também o sindicato "Solidariedade Rural", a "União dos Estudantes Independentes", etc. Estas são formas orgânicas do movimento. A

gente pode encontrá-lo em cada esfera possível da vida: na fábrica, nos escritórios, no Parlamento, nos Conselhos das cidades, na Cultura, na Educação, Escola, Teatro, etc.

Claro que, falando tudo isso, eu estou além de mencionar esse real anseio de toda a população, incluindo aí o nosso maior temor: a invasão soviética.

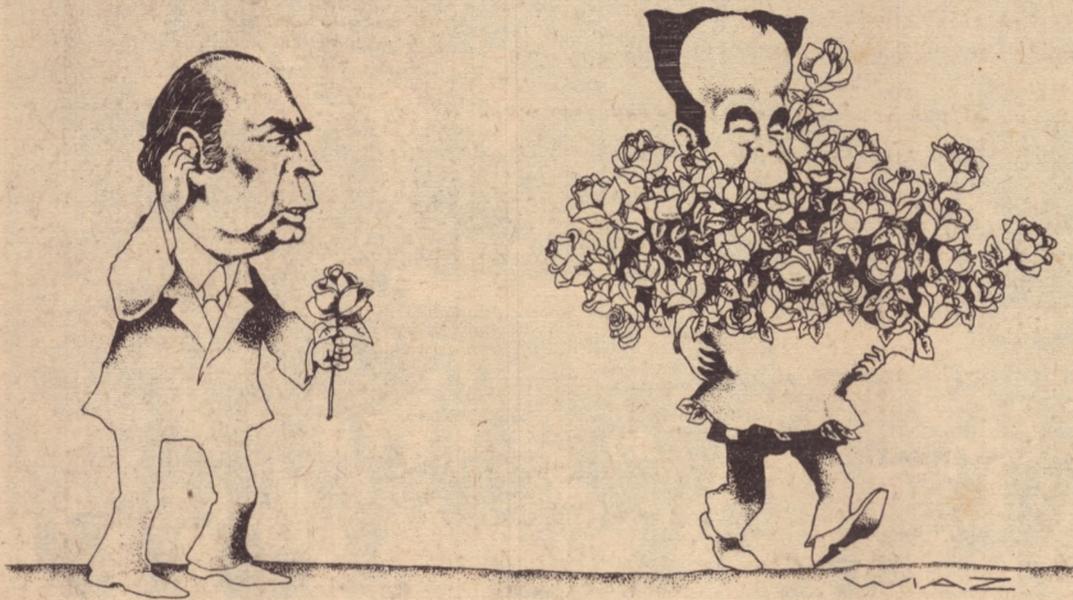
Mas não será o "espectro" dessa invasão que fará parar tal movimento, estou seguro. O que pode haver, e é a opinião que eu compartilho, é que deveremos caminhar mais aten-

tamente e mais devagar. Os tanques podem, de fato, chegar novamente em Varsóvia. Mas, desta vez fiquem seguros, que haverá uma verdadeira guerra civil contra o invasor. Não haverá mais massacres como antigamente, porque agora, o povo polonês compreendeu que sua única maneira de viver um regime mais humano, é se organizando no "Solidariedade", que é ao mesmo tempo um instrumento centralizado tanto ao nível das reivindicações, quanto face a possíveis ameaças soviéticas.

FRANÇA

Nova vitória de Mitterrand

Mitterrand e Marchais: PS e PC em nova aliança



Combate ao governo racista da África do Sul, autodeterminação para as colônias, centrais nucleares desativadas, aumento do Salário Mínimo, combate ao desemprego; estas são algumas das conquistas do novo governo francês.

Por Wagner Cardoso

Já nos primeiros dias de seu governo, o "gabinete transitório" do primeiro-ministro P. Mauroy havia tomado uma série de medidas populares. Primeiro, foram as declarações sobre política externa, onde a condenação de regimes ultra-racistas como os da África do Sul e da Rodésia, ou então a "desaprovação das vendas de armas às ditaduras latino-americanas", eram a tônica. Quanto à posição a ser adotada com respeito às colônias, foi pedido o "realismo no desempenho dos direitos à autodeterminação" desses povos. Dessa maneira, algumas brechas começam a aparecer na velha e rançosa política colonial francesa.

Desemprego e salário mínimo

Depois, vieram as condenações à política nuclear de Giscard. Prometendo os tão reivindicados "referenduns populares", Mitterrand começou por desativar algumas centrais nucleares, que ultimamente nada mais eram do que focos de constante descontentamento popular. As manifestações antinucleares vão ceder, assim, lugar a absorção dos 4% dos votos dos ecologistas — os "verdes" —, além de, através do "voto democrático", a população poderá ditar definitivamente, uma verdadeira política energética para o país. Ao lado disso, persiste a promessa de "reativação da exploração do carvão", assim como um programa de desenvolvimento de outras fontes de energia, ditas alternativas.

O aumento de 10% do salário mínimo (SMIG), foi outra me-

da adotada por Mitterrand. Num país onde o salário médio é de 4.000 francos, ganhar esse novo salário, 2.650 francos, 43 mil cruzeiros), é um "privilégio" de poucos: 3,7% dos assalariados, ou 840.000 trabalhadores. Basicamente serão os setores do baixo proletariado — os não-especializados. Os jovens recém integrados ao mercado de trabalho, as mulheres domésticas, e principalmente a mão-de-obra imigrante — os super-explorados —, que se beneficiarão desta alta.

Vale lembrar que, em 1978, o PS incluía no seu programa um SMIG de 3.000 francos...

Ao mesmo tempo, o "governo transitório" decidiu o aumento dos salários dos aposentados, passando para 1.700 francos, com promessa de aumentos equivalentes ao SMIG, para meados de 1982. Os velhos aposentados são também outro setor social que, vivem na maioria das vezes, em condições sub-humanas de moradia e higiene.

Acordo PC-PS

Com relação ao desemprego, o premier Mauroy também cumpriu com o prometido. Já está em andamento a liberação de 200.000 novos empregos a serem criados anualmente, no setor público. Essa medida, além de absorver parte dos quase 2 milhões de desempregados deixados por Giscard, visa principalmente, integrar a juventude desempregada ou a que quer começar a trabalhar.

Mas o mais importante mesmo, durante essa primeira etapa do governo socialista, foi a plataforma-comum assinada pelos dois mais importantes partidos

operários franceses. Pois, além de garantir, no 2º turno, a desistência automática do candidato da esquerda menos votado", esse acordo lança as bases para um "compromisso de governo". Dentre seus principais pontos, destacamos: instauração da quinta semana anual de férias, a diminuição de 65 para 60 anos de idade da aposentadoria, a redução de 40 para 35 horas da semana de trabalho sem redução de salários, fim da discriminação às mulheres e aos imigrantes nas empresas, e a democratização das decisões regionais — a efetiva descentralização — criando mini-parlamentos regionais.

Dessa maneira, longe de influenciar-se pelas pressões da burguesia ou pelas oscilações da Bolsa de Paris (apesar de já tranquila estabilização do franco, o Partido Socialista, resolveu aproveitar as recentes sondagens de opinião, que lhe dão maioria absoluta (33%) juntamente com o PCF (17,5%). Esse acordo pode ser compreendido como instrumento importante, capaz de viabilizar o futuro governo.

O PCF, por seu turno, após a derrota vergonhosa que sofreu, engoliu tudo que Marchais dizia há semanas atrás e recuou: sentou-se na mesa do "direitista" PS e cedeu. O PS, aproveitando a boa maré que atravessa, pressionou, garantindo assim a totalidade dos votos comunistas, cedendo talvez um ou outro ministério a Marchais.

Apesar de tudo, o saldo é positivo. Agora, juntos, regendo-se por uma política comum de governo, o PC e o PS dirão se estão ou não do lado das exigências dos trabalhadores.

Mudança radical

Com uma longa campanha a Liga Comunista Revolucionária, LCR, (seção francesa da IV Internacional) bateu-se contra a política sectária que dividia a esquerda. Mesmo sem poder apresentar seu candidato, Alain Krivine, a Liga não cessou de pregar a unidade dos trabalhadores. Aqui, EM TEMPO divulga um artigo de Krivine (publicado pelo semanário francês "Rouge") sobre as próximas eleições parlamentares.

Uma imensa esperança acaba de brotar. Os trabalhadores franceses acabam de conquistar uma importante vitória. Foi necessário a greve geral de 1968, seguida de longos anos de lutas e de combates às vezes sob duras condições para enfim, podermos assistir a derrota dos partidos da burguesia e a abertura de um novo período. A vitória de François Mitterrand, apoiada pela totalidade dos partidos operários e por quase todas as centrais sindicais, não é somente a expressão de recusa da maioria da população, com respeito à política levada a cabo durante os sete anos de Giscard e seu patronato; essa vitória exprime sobretudo a vontade de uma mudança radical, uma vontade de terminar com uma sociedade que explora e oprime os trabalhadores.

Derrota de Giscard e dos patrões

Nesta batalha, a Liga Comunista Revolucionária (LCR) jogou todas as suas forças explicando desde o primeiro instante da campanha que Giscard podia e devia ser derrotado. Isto, na época em que reinava ainda um profundo ceticismo, fruto da política de divisão das direções do PC e do PS, assim como das principais centrais sindicais.

Os militantes da LCR, passaram a intervir em todas as oportunidades que lhes surgiam, afim de darem novamente confiança aos trabalhadores; organizar a luta contra a divisão operária e ajudar no surgimento de uma poderosa corrente unitária. É desta maneira que eles tomaram parte integral no movimento que constituiu o "União nas Lutas" (ver EM TEMPO nº 127), ajudando assim o desencadeamento de uma força unitária, potente e de caráter massivo, obrigando os grandes partidos operários e os sindicatos a terminar com a política sectária, que levaria à derrota.

Mas sabemos também, que a simples derrota da direita, não resolverá todos os problemas, pois a política reformista do PC e do PS não bastam. Entretanto, estamos convencidos que tal derrota criou um novo clima de confiança no próprio seio dos trabalhadores. Essa derrota criou uma nova situação, mais favorável para o desencadeamento de mobilizações operárias e a realização da unidade no combate dos trabalhadores.



Alain Krivine, candidato à presidência que a LCR não pode apresentar

Estamos certos que a única garantia disso é a força organizada dos trabalhadores: a sua unidade e as suas iniciativas.

Dentro de alguns dias, irão se realizar as eleições legislativas, e a direita espera assim, recuperar o terreno perdido. Mais do que nunca, é importante que todos os esforços estejam reunidos para que os partidos operários sejam majoritários no Parlamento, afim de que eles não tenham nenhuma desculpa para o não cumprimento das reivindicações operárias e populares. É necessário que o PC e o PS, formem um governo somente composto de seus partidos, sem burgueses!

Os trabalhadores devem contar com sua força!

A unidade dos trabalhadores só poderá ser reafirmada e solidificada nas lutas, contra o patronato e contra a direita, contra todas as formas de sabotagens. A fuga de capitais só pode ser controlada pelos trabalhadores dos bancos, através de seus sindicatos, vigiando e controlando todas as operações (duvidosas), levando a público toda descoberta de trapaça.

Os trabalhadores devem contar somente com suas próprias forças. Será através de assembleias gerais unitárias, nas fábricas e nos bairros, que o povo oprimido deverá discutir suas reivindicações.

É nesse sentido, que se dirige a política da LCR. Para obter o salário mínimo de 3.400 francos, o fim das dispensas, o congelamento dos preços alimentícios, a semana de 35 horas sem diminuição de salários; só através da força unitária dos trabalhadores.

Só com a unidade do movimento operário e popular, batendo-se por suas exigências, é que caminharemos em direção ao socialismo.

El Salvador Governo provisório em territórios libertados

As forças revolucionárias salvadorenhas estão ganhando terreno no plano militar, consolidando o controle sobre amplas regiões e se preparando para formar um Governo Provisório a partir de organismos de poder popular. Por outro lado aprofunda-se o isolamento do governo burguês.

Por Marcelo Zugadi

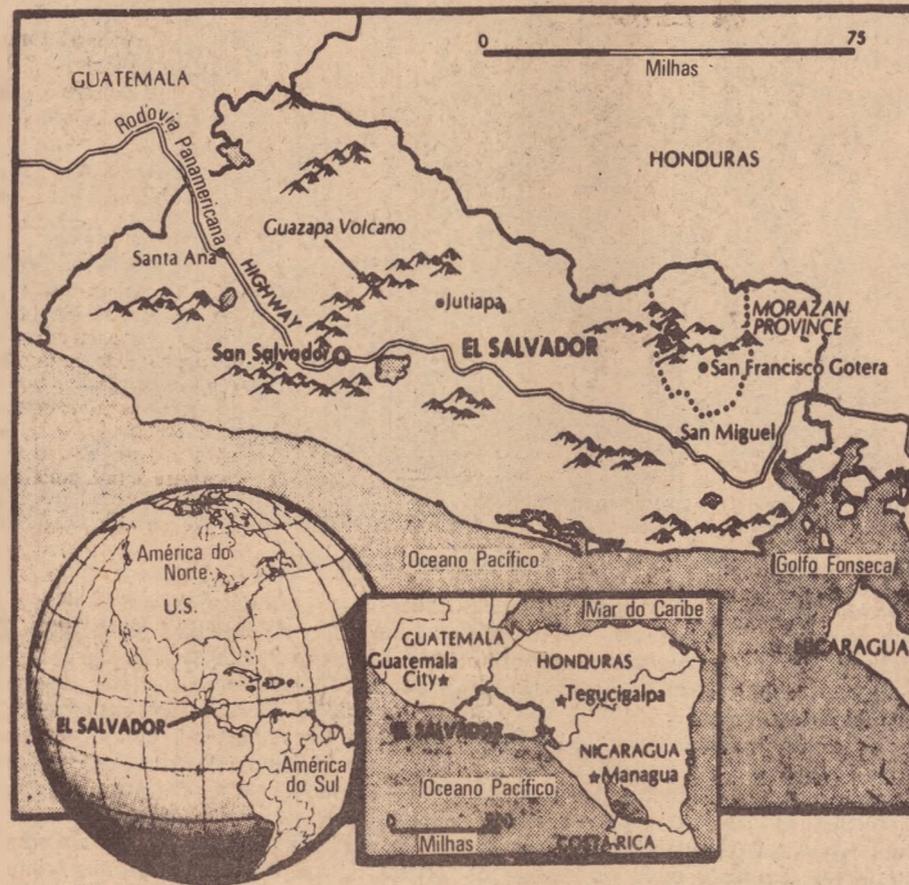
Uma nova situação militar e política está se configurando nestas últimas semanas em El Salvador. De um lado, as forças revolucionárias tem ganho terreno no plano militar, estendendo e consolidando o controle sobre amplas regiões. Por outro, o governo — isolado diplomaticamente e acuado militarmente — joga uma cartada desesperada rechassando toda negociação e convocando as eleições para o próximo ano. No seio das forças revolucionárias aparecem diferenças a respeito da linha de ação a adotar.

As forças governamentais estão realizando um ataque sistemático às cidades, após a fracassada tentativa de aniquilar a guerrilha no interior do país. Esta manobra tem como primeiro resultado o fortalecimento da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional - FMLN - nas zonas rurais. Um representante da Frente assegura que controlam 50% dos distritos de Morazán, Chalatenango e Cabanas. Os destacamentos da organização direitista Ordem, cercados nesta região, estão sendo abastecidos por via aérea, já que as forças armadas governamentais não conseguem atravessar o cerco guerrilheiro. Segundo informações da Cruz Vermelha, a FMLN está em condições de capturar estes destacamentos, porém não o faz por causa dos ataques aéreos, frente aos quais não tem capacidade suficiente de defesa. Nas zonas libertadas, a FMLN está construindo organismos de poder popular denominados "Poder Farabundista". Estes comitês organizam a distribuição de alimentos, cuidam da educação e saúde e organizam a plantação de cereais sob a proteção dos guerrilheiros.

Um governo provisório?

Esta dinâmica aponta, segundo informações da própria FMLN, para a consolidação das zonas libertadas, enquanto se prepara um ataque contra as tropas sediadas em Gotera, onde logo após se estabelecerá um Governo Provisório com sede em Morazán.

Tudo isto, que confirma o sistemático avanço das forças revolucionárias desde a ofensiva geral lançada em janeiro, não desmente a relativa debilidade da FMLN nas cidades, em particular na capital do país, San Salvador. O ataque do governo



sobre as cidades se manifesta num recrudescimento da repressão, que agora já alcança não só os bairros populares como também os setores médios. A FMLN ataca sistematicamente as patrulhas militares nos centros urbanos, porém ainda não parece estar em condições de convocar uma insurreição.

Entretanto, as organizações que compõem a Frente, começaram a distribuir propaganda em separado, o que indicaria um desacordo a respeito dos passos imediatos a adotar. Outro sintoma é que a Frente Popular de Libertação - FPL - retirou do comando conjunto da FMLN o veterano dirigente Cayetano Carpio, alegando que as organizações restantes que compõem a frente não estariam empenhadas em trabalhar unitariamente.

Entretanto, até o momento estas dife-

renças não se manifestaram em táticas diferentes a respeito da saída política imediata. A FDR - Frente Democrática Revolucionária - tem mantido sua decisão de entrar em discussões com o governo, através de uma comissão mediadora internacional, para a qual coloca as seguintes condições: suspensão do estado de sítio, fim da repressão, libertação dos presos políticos, respeito a liberdade de imprensa e reabertura da Universidade.

O governo, como informamos na edição anterior do EM TEMPO, tem mostrado sérias divisões frente à perspectiva de iniciar conversações com a FDR. Napoleón Duarte havia decidido viajar à Alemanha, para iniciar as conversações, porém uma ameaça de golpe de Estado pela ultra direita o fez desistir.

Argentina

Ditadura em crise

Uma mão de ferro encurrala hoje a ditadura Argentina. Para tentar sair do furacão econômico que destrói vertiginosamente o aparelho produtivo, sacudindo o país até suas raízes e acabar com o imobilismo político total, o governo do general Roberto Viola deve contar com a ativa colaboração dos partidos políticos e a burocracia sindical. Porém, para manter a disposição colaboracionista destas forças, que durante cinco anos tem justificado as ações da ditadura, Viola deveria levar a cabo uma abertura política que não pode começar porque não existem os meios de evitar que rapidamente transbordem todos os planos militares.

Esta situação era previsível quando Viola assumiu a presidência. (Ver EM TEMPO 126) porém apenas 60 dias foram necessários para empalidecer qualquer previsão a respeito das

dificuldades do novo governo. Além de decretar duas desvalorizações de 30% cada, a ditadura militar não fez outra coisa que desmentir os rumores que anunciam sua caída e observar como a crise se agrava dia a dia.

Em síntese, pode afirmar-se que o governo fracassou em seus objetivos de controlar a crise econômica, recompor a frente burguesa rompida durante os últimos anos do governo Videla e retomar a iniciativa política perdida. É virtualmente impossível que este governo possa reviver a dinâmica de seus primeiros 60 dias. Uma mudança do gabinete é impossível porque toda tentativa de sair do pântano não

implicaria uma guinada de 180 graus que Viola não pode sequer imaginar. Se fala em "gabinete civil-militar de salvação nacional", de um golpe dos militares fascistas e de um golpe populista dirigido por Domingo Bussi, um general com comando sobre o principal corpo do exército — destacado por suas posições direitistas, sua brutalidade repressiva e suas veleidades desenvolvimentistas.

Qualquer variante conta com muito poucas possibilidades, mas todas implicam o risco de levar a um enfrentamento armado entre as distintas frações militares e esta é a base da existência vegetativa do atual governo. O movimento operário, entretanto, aumenta a quantidade de sua resistência econômica e se esforça, sem êxito até agora, para centralizar nacionalmente suas lutas.

(Marcelo Zugadi)

AMÉRICA CENTRAL

NICARÁGUA: O governo dos EEUU acusou a Nicarágua de estar recebendo tanques de guerra russos. A junta de Reconstrução Nicaraguense desmentiu a notícia e o comandante do Exército Popular Sandinista — Daniel Ortega — afirmou que a "Nicarágua está se preparando militarmente para responder à agressão militar dos EEUU; e não tem que prestar contas a ninguém das armas que compra e de quem compra".

COLOMBIA: O governo de Turbav Ayala se prepara para fazer uma acusação formal na OEA contra Cuba. As acusações, contidas em um "livro branco" consistem centralmente em que o governo cubano havia treinado os guerrilheiros do M-19 colombiano. Porém, o verdadeiro objetivo do "livro" seria lançar a acusação de que Cuba e Nicarágua tem firmado um acordo secreto para ajudar a revolução salvadorenha. A apresentação formal desta acusação recorda a manobra imperialista na conferência de Punta del Este em 1962, quando com acusações semelhantes, Cuba foi expulsa da OEA. Esta manobra se soma a muitas outras que vem tentando o imperialismo mais recentemente para justificar uma invasão militar na América Central.

CUBA: O secretário de estado para a América Latina, Thomas Enders, acusou o governo cubano de ter enviado entre 600 e 800 assessores militares à Nicarágua "como base avançada de operações na América Latina".

CHILE: Depois de 41 dias, firmou-se um acordo para terminar com a greve na mina El Teniente. Entretanto, os operários têm recusado este acordo, que denuncia ser secreto e contrário a sua vontade. Um grupo de 29 operários começou uma greve de fome para protestar contra a manobra da direção, ao mesmo tempo que 80% dos trabalhadores da mina continuam em greve.

EQUADOR: Logo depois da morte do presidente Jaime Roldós, assumiu o cargo o vice-presidente Osvaldo Hurtado, de tendência democrata-cristã. Segundo a lei, deverá completar o mandato presidencial de cinco anos (1979-1984). León Roldós, irmão do presidente falecido, foi eleito vice-presidente do Congresso em uma agitada reunião e por uma pequena diferença de votos. Ficou constituído, assim, um governo heterogêneo e sem uma sólida base de sustentação. Espera-se que o novo presidente alterará o curso da política externa de seu antecessor apoiando a posição da Venezuela a respeito do enfrentamento na América Central e debilitando os laços do Equador com Cuba e Nicarágua.

Argentina

Feminismo na clandestinidade

Sara Torres, sexóloga e feminista argentina, faz para EM TEMPO um balanço do movimento de mulheres em seu país, de 71 até hoje, revelando algumas das facetas mais reacionárias e repressoras da ditadura argentina.

por Maria Tereza Verardo

Aqui no Brasil não temos nenhuma informação sobre o movimento feminista argentino, você pode nos contar como ele começou e como está agora?

— Não se pode falar que existe um Movimento Feminista na Argentina. Como movimento não existe. Sempre esteve o feminismo como tal circunscrito a pequenos grupos elitistas, com grande nível de consciência, de formação teórica. Aprofundou-se muito, estudou-se muito. Mas até agora o feminismo não teve raízes na massa em nenhum momento. Esta é que é a realidade. No momento em que surge o feminismo na Argentina, no ano de 1971, o primeiro grupo que aparece é a União Feminista Argentina - UFA, formada por mulheres de alta burguesia. Tinham aspiração de construir uma federação de grupos feministas. Esse era um momento de grande ação política.

Mas o feminismo na Argentina se encontrou com um problema constante: todas as forças políticas, inclusive a esquerda, consideravam a questão da mulher como secundária. E as próprias mulheres que começavam a se reunir para discutir a especificidade da mulher, assim que aparecia uma bandeira relacionada à luta geral, se engajavam nessa luta esquecendo a primeira.

O machismo é muito grande, mesmo dentro das próprias organizações políticas.

Este é o processo de todos os grupos que estão trabalhando dentro de um partido político. Por outro lado, para o feminismo independente, composto de feministas mais radicais, significa não haver a possibilidade de alianças.

Nessa época aparece na Argentina um outro grupo feminista o MLF - Movimento de Libertação Feminista, encabeçado por uma mulher que incorpora toda a teoria feminista da Europa e dos Estados Unidos, pelo não questionamento da autoridade. Todo grupo feminista está preocupado em ser sempre horizontalista. Acho que o MLF é o primeiro grupo verticalista do mundo, com uma presidente que dita normas. Ela fez a primeira revista feminista na Argentina, PERSONA, que saiu em 1974. Fracassou economicamente e voltou a sair no fim de 1979. Foi contraproducente seu trabalho, porque dá uma imagem muito agressiva do feminismo, uma imagem sexista.

Durante muito tempo a palavra feminista estava identificada com esta imagem agressiva e tivemos muito trabalho em explicar que feminismo não é contra os homens.

Em 1975 aparece uma comissão coordenadora para organizar o Congresso para o Ano Internacional da Mulher. Esta comissão é bem ampla, comporta donas de casa, mulheres de diversas categorias profissionais e vários grupos provenientes de partidos políticos. Os temas eram: igualdade, saúde e paz. As feministas incluem o tema família para ter mais possibilidade de discutir os temas específicos como educação sexual, contraceção e



Outubro de 1980: as mulheres paulistas solidarizam-se com as argentinas

aborto, tratamento diferenciado da lei para homens e mulheres, etc. A Coordenação se separa, feministas x partidos políticos, e as feministas são proibidas de entrar no Congresso.

1976 começa com o golpe de estado e ficamos totalmente impossibilitadas de trabalhar. Todas as mulheres dos partidos se colocam na clandestinidade e já não se tem possibilidade de encontrá-las. Com as feministas acontece mais ou menos o mesmo. Continuou existindo somente um trabalho restrito a pequenos grupos de estudo de 5, 6 ou 7 pessoas que conseguem material de outros países.

Da FIP (Frente de Esquerda dos Trabalhadores) surgiu o Centro de Estudos da Mulher Argentina que no ano passado organizou uma jornada reunindo 450 mulheres, porém durou 45 minutos, a polícia reprimiu de uma forma violentíssima.

Qualquer grupo de mais de cinco pessoas deve informar à polícia.

Agora existe uma pequena abertura para os trabalhos com mulheres. Houve um encontro de artes para a mulher do qual participaram cerca de 80 personalidades públicas, o que é inusitado por estar todo mundo tão reprimido.

— Quais são as principais bandeiras das feministas argentinas hoje?

— Já que a abertura na Argentina ainda é muito pequena, e para evitar problemas estamos pensando numa bandeira bastante concreta, a muito curto prazo, que é a questão do "Poder pátrio" que dá ao pai poderes para decidir a vida da mulher e dos filhos.

— A abertura política da Argentina está permitindo um crescimento dos grupos e uma organização maior?

— Existe atualmente uma brechinha de abertura para nossa organização, mas apesar disto existe muito medo, muita au-

tocensura. A propaganda que o governo faz em defesa da família é muito forte, o que nos impossibilita de falar em contraceptivos. O machismo é muito grande, mesmo dentro das próprias organizações políticas, que colocam a mulher sempre em segundo plano, encarregada de tarefas exclusivamente administrativas. Além disso ainda existe a obrigação de qualquer grupo de mais de 5 pessoas dar informações à polícia. Não podemos nos reunir. Os sindicatos que eram nosso local de reuniões estão todos com interventores militares. A Igreja nós não buscamos muito porque toda sua perspectiva está nos problemas dos presos políticos, dos desaparecidos e dos direitos humanos. Nossas questões não são importantes para ela. Temos que nos reunir clandestinamente, que contar com casas particulares. Além disso a grande maioria das mulheres estão lutando por suas próprias reivindicações. Não por serem mulheres, mas por serem mães ou mulheres de desaparecidos.

— E o debate sobre sexualidade, que sempre foi uma bandeira do movimento

feminista, como anda essa discussão na Argentina?

— Nos anos 70 havia uma grande possibilidade de se falar em sexualidade, havia uma abertura para o tema. Isto começou a retroceder no governo Peronista, porque o próprio Peron assinou uma lei em 28/2/74 que proibia a difusão, informação e venda de contraceptivos na Argentina. Havia um plano de que a Argentina deveria chegar a 50 milhões de habitantes. Isso se transformou numa grande campanha de incentivo à natalidade. Começou com Peron e continuou com Videla.

Pérón assinou uma lei proibindo a difusão, informação e venda de anticoncepcionais.

Na Argentina existe um salário familiar que é chamado de Fundo Compensador. A porcentagem aumenta de acordo com o aumento do número de filhos. O 3º filho recebe muito mais que o primeiro. É uma campanha de promoção da natalidade. Quando se instalou a junta militar essa foi a primeira medida tomada: aumentar consideravelmente o subsídio por nascimento. Passou de Cr\$ 2.000,00 para Cr\$ 8.000,00.

Em 1974 quando o Peronismo fez essa lei fizemos uma manifestação contra ela. O governo disse que estávamos contra a planificação familiar e fomos acusadas de estarmos ligadas ao imperialismo que queria impedir que a população crescesse.

— E a questão do homossexualismo?

— No momento existe na Argentina um alei que é usada explicitamente para reprimir homossexuais. Então há todo um segredo mantido por eles sobre sua condição, por questão de segurança, que impede um diálogo franco e aberto sobre o tema. Consequentemente, há muita ignorância, que impede a integração dos homossexuais ao feminismo.

DENÚNCIA



Esta é Ana Maria Piffaretti, dirigente sindical e feminista argentina, sequestrada à três anos, no dia 28 de junho de 1978. Ela é uma das 30 mil pessoas que a ditadura militar argentina mantém em campos secretos de detenção.

Dissidência do PC do B Medo da social-democracia

Por João Machado

Foi publicado recentemente um informe (que recebemos em nossa redação) sobre "A conjuntura atual e as nossas tarefas", aprovado pela "Conferência Regional (Estrutura I) do PC do Brasil - Rio de Janeiro", em março de 1981. Seguramente, trata-se de um texto de um setor que se reclama do PC do Brasil, mas que diverge frontalmente do secretário-geral João Amazonas - um setor da chamada "dissidência" do PC do B.

O conjunto dos temas discutidos mereceria um comentário, e contribui para o avanço do debate na esquerda brasileira. No entanto, pela maior atualidade, trataremos apenas do que o informe diz sobre o PT.

PT: frente política de massas?

O PT é saudado como "uma conquista parcial do movimento operário e popular", como sendo "a primeira vez na história do movimento operário e popular brasileiro" em que "operou-se um movimento de baixo para cima, com vistas à formação de um partido legal de massas, demarcado dos partidos institucionais burgueses". Com estas colocações só podemos concordar. O avanço do PT é ainda saudado com a afirmação de que "no interior do PT se expressa o embrião de uma ampla frente política de massas".

O problema básico do PT é caracterizado como sendo a presença da social-democracia. Segundo o informe, o PT plasmou, "em seu nascimento, a fusão do movimento operário com um segmento da social-democracia"; a grande responsabilidade pelo partido não ser mais ativo na luta democrática, é atribuída à "presença mais organizada das correntes que pretendem transformá-lo num instrumento parlamentar da social-democracia", mais organizada do que as das "correntes democrático-populares e marxistas-leninistas".

Não fica claro a que o informe se refere quando fala em social-democracia. No entanto, podemos afirmar que não vem desta corrente política, de pouca presença no PT, o maior problema. Podemos dizer que o risco real, é o de que não se constitua de fato como um partido operário de massas, independente da burguesia, e se limite a combinar um aparelho parlamentar, com uma federação frouxa entre diversas correntes de esquerda.

Seria possível chamar a isto de "partido social-democrata", mas não seria muito exato. E hoje, esta eventualidade não se apresenta como um risco próximo, como crêem os autores do "Informe".

Qual seria a política que traria maiores contribuições para enfrentar a "social-democratização"? Seguramente construir

o PT como partido, solidamente estruturado em núcleos de base, ligado estreitamente às lutas dos trabalhadores, impulsionando estas lutas. Desta forma será possível uma democracia interna efetiva, o controle sobre o aparelho partidário pela base proletária, havendo um grande contrapeso a qualquer tentativa parlamentarista, ou de compromisso com a burguesia.

É exatamente diante do encaminhamento desta política que aparece mais claramente a limitação da posição do "Informe", de considerar o PT mais como "um embrião de uma frente política de massas", como um "espaço institucional": esta posição trabalha exatamente na direção contrária ao reforço orgânico do PT, ao controle da base operária e popular sobre o aparelho do partido.

O Partido da classe operária sem PT

A insuficiência da posição do "Informe" sobre o PT, aparece ainda mais claramente com sua visão das tarefas na construção do "Partido da classe operária". São feitas colocações importantes, como o reconhecimento de que "o PC do Brasil não é o único detentor da tradição revolucionária da classe operária e do povo brasileiro", e que "além de nós, existem algumas organizações, grupos ou corren-

tes, e ainda grande número de pessoas individualmente que se colocam no campo do marxismo-leninismo". Fala-se da necessidade da unificação, de "combater todo espírito de seita, bem como o entendimento de que já estaria criado um polo para esta unificação". Esta posição, embora possa parecer um tanto óbvia, representa um enorme avanço com relação à posição oficial do PC do B, que se considera o único partido da classe operária.

No entanto, a visão apresentada no informe é muito insuficiente. Coloca como tarefas para a construção do "partido da classe operária", a solução da crise interna do PC do B, a unificação dos comunistas, e a luta teórica contra as diversas correntes "anti-marxistas". Não diz nada aqui do PT. Ou seja, a expressiva vanguarda operária, que vem se lançando à tarefa de construir um partido operário de massas no país, e que não participa de alguma das organizações das esquerdas brasileiras, não é considerada parte ativa na construção do "partido da classe operária", provavelmente porque não defende hoje o "marxismo-leninismo".

Com esta visão, será difícil fazer avançar o PT - e a construção de um "partido da classe operária" quer possa influenciar de fato a massa da classe operária.

APARTE

Trabalhadores rurais apoiam greve da Fiat

Os participantes do II ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSALARIADOS RURAIS, realizado em Belo Horizonte, no período de 21 a 25 de Maio, sob a promoção da CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG -, vêm manifestar integral apoio e solidariedade aos operários metalúrgicos da FIAT-DIESEL, do Rio de Janeiro.

Os companheiros metalúrgicos da FIAT-DIESEL, empresa instalada em Xerém, município de Duque de Caxias, expressaram a posição dos trabalhadores brasileiros, dando resposta firme à tentativa de implantação de uma política de desemprego em massa, cujo objetivo é garantir novos lucros às grandes empresas nacionais e multinacionais.

Reafirmando a decisão dos metalúrgicos de São Bernardo que rejeitaram a redução de salários proposta pela empresa Volkswagen, os três mil e quinhentos metalúrgicos da FIAT DIESEL demonstraram que a classe trabalhadora do País

não admitirá a redução de seus salários, alimentada pela escalada de desemprego.

No momento em que toda a Nação repudia e condena o desemprego e os baixos salários, os trabalhadores rurais assalariados manifestam o seu apoio e solidariedade aos metalúrgicos da FIAT-DIESEL, na certeza de que o caminho para impedir as demissões e a redução do salário dos trabalhadores é o da resistência coletiva, ao mesmo tempo que se associam à reivindicação dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, exigindo a readmissão de todos os trabalhadores demitidos, dos dois delegados sindicais afastados e estabilidade por um ano.

Belo Horizonte, 24 de Maio de 1981. Assinam a moção de apoio:

- 1 - CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
- 2 - As Federações dos seguintes estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Paraíba e Goiás.
- 3 - 43 sindicatos rurais.

Homossexuais querem um país sem preconceito

Sr. Editor,

Nós homossexuais organizados de São Paulo, ao tomarmos conhecimento, através do jornal "Folha de S. Paulo" (07/05/81), de pressões exercidas por entidades e grupos contra o excelente trabalho de orientação sexual da sexóloga Marta Suplicy, no programa "TV Mulher", da Rede Globo, não poderíamos deixar de protestar de público contra mais este ato de ignorância pernicioso, ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com Marta e a emissora, nesta iniciativa. Achamos que trabalhos como esse, de alto nível educativo, deveriam predominar em nossos vídeos, pois só assim certamente poderiam ser evitadas as terríveis consequências que a desinformação neste setor traz a toda a sociedade e aos homossexuais em particular.

Queremos um Brasil livre de todo preconceito, intolerância e violência gerados por esse tipo de mentalidade medieval.

São Paulo, maio de 1981.

Outra Coisa - Grupo de Ação Homossexual.

Caixa Postal 8.906 - São Paulo - Capital

Com o apoio dos grupos:

Ação Lésbico-Feminista

Alegria, Alegria
Eros

Libertos
Somos/SP

OBS:

Cópias desta carta estão sendo enviadas à direção de "TV Mulher" e da Rede Globo de S. Paulo, à Marta Suplicy, demais redes de televisão e à imprensa paulista. Solicitamos aos demais grupos organizados do Brasil que façam o mesmo em seus Estados.

Já saiu!



Esta é uma publicação que você não pode deixar de ler.



Cadernos do CET: Rua José Brandão, 564 - Barreiro B. Horizonte Caixa Postal 50 - Agência Barreiro - Tel. 333-3586

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S. A. - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

Impressão: Cia. Editora Jorués R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

SNI SNI SNI

De olho na tribo

Recentemente o Deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) denunciou no Congresso a existência de um documento confidencial do Gal. Golbery ao Ministro do Interior, Coronel Mário Andreazza, advertindo-o contra o funcionamento da UNI - União das Nações Indígenas. A UNI, entidade autônoma nasceu de encontros inter-tribais e reúne 32 nações indígenas de todo o país. Aqui, alguns trechos deste documento.



"Com a informação em exame, a Agência Central do SNI manifesta objeção a que se permita o surgimento de uma pessoa jurídica, por deliberação de comunidades indígenas, com a finalidade de representá-las, constituindo associação de objetivos comuns, senão conflitantes com os da FUNAI."

De acordo com seus estatutos, aprovados por 30 líderes de nações indígenas reunidos em Campo Cranda, Mato Grosso do Sul em setembro do ano passado, a UNI tem como finalidade: "a) Representar as nações indígenas e comunidades que dela vierem a participar; b) promover a autonomia cultural e a auto-determinação das Nações e Comunidades e sua colaboração recíproca; c) promover a recuperação e garantir a inviolabilidade e demarcação de suas terras e o uso exclusivo das riquezas naturais nelas existentes; d) assessorar os indígenas no reconhecimento dos seus direitos e na elaboração e execução de projetos culturais e de desenvolvimento". Ao que tudo indica, os objetivos da FUNAI, em especial nos itens b e c, são realmente conflitantes.



"Demais de assinalar os graves inconvenientes de as nações indígenas se associarem numa entidade cuja organização de fato já se faz, com o 'apadrinhamento' de pessoas notoriamente dedicadas à incompatibilização dos índios com a política indigenista definida pelo governo, a Agência Central do SNI discute a viabilidade legal da criação de pessoa jurídica por deliberação dos silvícolas".

Falam os próprios índios: "Pra nós, índios, é muito importante essa reunião porque o destino da nossa raça, da nossa nação indígena está em jogo. Está em jogo de morte, porque se nós não reagirmos, se nós não nos unirmos, o nosso povo vai desaparecer." (Marçal, Guarani, na assembléia indígena promovida pela UNI, setembro de 1980, de acordo com o jornal Porantim) "Unir nosso pensamento, nossa força, esse é o objetivo da UNI. Por causa do nosso interesse, da nossa consciência que o branco não conhece." (Adolfo, Kayowá, na mesma assembléia). "Nós queremos escola na nossa área. Com o índio sendo professor, o índio escrevendo, porque o índio deve tomar a direção das coisas e não o estrangeiro". (Jaime, Pareci, em Aquidauana, maio de 1981). "Nem branco, nem FUNAI, nem fazendeiro, conhece a vida do índio. Se tiver presidente da FUNAI aqui, era para ele explicar aqui na nossa presença. Pra ele escutar o que o índio sente. O que o índio pensa. Se ele pensa que o índio é burro". (Acelino, Pareci, na mesma reunião).



"Por final, vale endossar a proposta implícita na manifestação da Procuradoria da FUNAI, de que se promova imediata revisão do Estatuto do Índio, para que não persista sendo tal lei fonte de situações absurdas como a de um índio evidenciadamente já integrado à comunhão nacional, apto a reivindicar e criar celeuma na Imprensa, que não abdica da irresponsabilidade penal mas quer ausentar-se do país para integrar 'tribuna' no exterior." Agência Central do Serviço Nacional de Informações.

Renato Athias



Assembléia da UNI, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, maio de 81

Dom Tomaz Balduino exclusivo

A força e a sabedoria dos índios

Em entrevista ao EM TEMPO, Dom Tomaz Balduino, bispo da cidade de Goiás Velho e vice presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI -, denuncia a política exterminadora da FUNAI e as articulações do SNI para impedir a criação da União das Nações Indígenas - UNI. Também participou da entrevista o representante regional do CIMI em Vitória, Fábio Vilas.

Por Otaviano Rodrigues

- Qual a atual política da FUNAI, sob o comando do Coronel Nobre da Veiga?

Dom Tomaz — Ela está implementando a proposta do Ministério do Interior, que é a de ampliar as fronteiras desenvolvimentistas do campo e que eles vinham mais ou menos tapeando. Agora, eles assumiram esta política de uma forma mais descarada. O que o Nobre da Veiga e os outros 16 coronéis que estão na FUNAI estão levando à frente é privilegiar o econômico e dar maior importância às empresas que aos grupos indígenas. Dentro dos grupos indígenas eles tentam introduzir projetos econômicos, desfigurando totalmente o objetivo da vida do índio, seu universo. Finalmente, eles estabelecem critérios de subordinação da causa indígena à "Segurança Nacional". De forma que esta política visa castrar as lideranças que estão emergindo, impedir a articulação dos índios e sua união. Mesmo os que dentro da FUNAI se mostram a favor de sua causa, sejam antropólogos, sertanistas ou indigenistas, são sumariamente afastados.

— Como você afirmou, a FUNAI conta com 16 coronéis em altos postos de direção, fora o cel. Nobre da Veiga e o cel. Mário Andreazza, Ministro do Interior...

Fábio Vilas - Dentro da FUNAI existem outros militares. No mês de março foi expedido um telegrama de Brasília, onde divulgavam o recrutamento de sargentos e cabos licenciados. Existe um processo de militarização, em seu sentido real, dentro da FUNAI.

- Apesar de tudo isso, sabemos que existem iniciativas de auto-orga-

nização dos índios, como os encontros inter-tribais.

Dom Tomaz - Realmente, os encontros de grupos indígenas, através de suas lideranças, nos touxeram uma surpreendente revelação: a força que os índios têm neles mesmos. Os índios manifestaram nesses encontros a sua sabedoria, a sua capacidade de se entenderem mesmo pertencendo a grupos diferentes, com língua diferentes. Eles, que antes se hostilizavam, em face de um perigo comum começaram a se unir e tiveram mais luzes para descobrir as saídas e mais forças para se sustentarem. Porque nas vezes em que a saída exigia uma luta pela recuperação da terra, essa luta foi quase que sincronizada. Os Kaingang no sul do país, junto com os Guarani, começaram a recuperar suas áreas. Depois entrou Xavante, Potiguara, Guajajara e outros. Hoje a gente pode ver que, graças a esses encontros inter-tribais, os índios tornaram-se uma peça única nesse país, através deste instrumento saído deles mesmos.

Fábio Vilas - Apesar dos progressos realizados no campo da organização dos índios, alguns documentos mostram que do lado do governo as coisas não estão quietas. O Dep. Modesto da Silveira denunciou no início de abril as artimanhas que estão sendo preparadas. O General Golbery deu um puxão de orelhas no coronel Andreazza, sobre as inconveniências da organização dos índios através da UNI - União das Nações Indígenas. Neste documento, de caráter confidencial, fica também demonstrado o cinismo de Andreazza e Nobre da Veiga, quando negam a existência de estudos para modificar o Estatuto do Índio. (ver box).

— Além da repressão, quais os métodos utilizados pela FUNAI para dividir os índios, impedir sua organização?

Dom Tomaz - Todo mundo reconhece que o índio é uma força e o governo quer capitalizar essa força para si. É o mesmo processo usado contra os trabalhadores, de jogar trabalhadores contra trabalhadores, de tutelar os sindicatos introduzindo pelegos ali dentro. É um trabalhador, mais aliado ao governo contra os próprios irmãos. Em várias tribos a FUNAI impôs elementos indígenas já catequisados pela própria FUNAI, elementos pagos e dependentes do órgão, que tinham que brigar contra os irmãos índios e defender as propostas vindas de cima para baixo.

— Pra terminar, como o sr. avalia o futuro dos índios e de sua organização?

Dom Tomaz - Para mim, estas próximas duas décadas são fundamentais para o destino dos índios. Se depender dessa política que a FUNAI busca implementar - de todo esse processo de estrangulamento dos povos indígenas, de descaracterização, de falsa emancipação, os dias dos índios brasileiros estão contados. Porém, se depender dos índios, eles têm condições de conviver com a nossa população não índia mantendo sua cultura, seus valores e contribuindo com o nosso crescimento.

Cabe a nós, não índios, uma aliança a favor dos índios, porque os governos prepotentes recuam quando uma forte pressão nacional e internacional se faz presente. Os índios contam com isso e todas as formas de apoio até hoje usadas têm sido de grande valor para eles.